

Direito Constitucional

Título III - Capítulo VII - Seção II

Questão 1: ESAF - AnaTA MTUR/MTUR/2014

A Constituição Federal traz vários mandamentos referentes aos servidores públicos. Desse modo, assinale a opção correta.

- a) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- b) O ocupante de cargo público efetivo tem direito ao fundo de garantia por tempo de serviço.
- c) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- d) Os estrangeiros nunca podem assumir cargos públicos.
- e) Não há previsão de que o servidor público goze de licença paternidade.

Questão 2: ESAF - AnaTA MTUR/MTUR/2014

Sobre o servidor e o serviço público na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) a lei complementar poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição ficto.
- b) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, não se aplica o regime geral de previdência social, porque ele é um servidor público e por isso encontra-se inserido no regime previdenciário próprio do servidor.
- c) a concessão do benefício de pensão por morte deve ser regulamentada por Lei Complementar.
- d) o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- e) os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, salvo nos casos previstos em lei complementar, conforme consta da Constituição Federal.

Questão 3: CESPE - Ag Adm (SUFRAMA)/SUFRAMA/2014

Julgue o item a seguir no que se refere aos direitos e garantias fundamentais, à organização político-administrativa do Estado brasileiro e à administração pública.

Considere que um servidor da SUFRAMA tenha sido eleito deputado federal pelo estado do Acre. Nessa hipótese, enquanto estiver no exercício do mandato eletivo, o servidor deverá ficar afastado de seu cargo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração deste último.

Certo

Errado

Questão 4: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2014

Os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais foram inscritos no título da Constituição Federal dedicado a enunciar os direitos e garantias fundamentais. Tal posicionamento sugere, sob certa perspectiva, a qualificação desses direitos como direitos fundamentais da pessoa humana. Nesse sentido, o constituinte acabou por estendê-los, em grande medida, a outras categorias de trabalhadores, a exemplo dos servidores públicos e dos trabalhadores domésticos. No caso dos servidores públicos, o texto constitucional determina a extensão, dentre outros, dos seguintes direitos:

- a) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; e licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- b) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; proteção em face da automação; e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.
- c) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.
- d) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; e proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- e) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; e assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

Questão 5: CESPE - PJ (MPE AC)/MPE AC/2014

Em relação às regras constitucionais aplicáveis à administração pública e ao entendimento do STF sobre a matéria, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o entendimento pacificado do STF, a fixação de limite de idade para a inscrição em concurso público viola o princípio constitucional da igualdade, independentemente da justificativa apresentada.
- b) De acordo com a CF, as parcelas de caráter indenizatório devem ser computadas para efeito do cálculo do teto constitucional da remuneração dos servidores públicos.
- c) A exigência constitucional da realização de concurso público não se aplica ao provimento de vagas no cargo de titular de serventias judiciais nem ao ingresso na atividade notarial e de registro, dado o regime jurídico específico aplicável a essas funções.

d) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se o mesmo regime de previdência dos cargos efetivos.

e) É constitucionalmente permitido o acúmulo de proventos de aposentadoria de servidor aposentado em cargo efetivo estadual com a remuneração percebida em razão de exercício de cargo em comissão, declarado em lei como de livre nomeação e exoneração.

Questão 6: IADES - AJ TRE PA/TRE PA/Judiciária/"Sem Especialidade"/2014

A respeito dos servidores públicos federais, assinale a alternativa correta.

a) A Constituição Federal não prevê a necessidade de a lei reservar cargos e empregos públicos para pessoas com necessidades especiais.

b) É permitida ao servidor público civil a associação a qualquer sindicato.

c) É permitida a cumulação de cargos públicos pelo mesmo servidor em todas as situações em que não houve incompatibilidade de horário.

d) O servidor público da administração direta que vier a ocupar um cargo eletivo federal deverá ocupar as duas funções, simultaneamente, sob pena de ser expulso do serviço público.

e) Com a Constituição Federal de 1988, deixou de ser obrigatória a realização de concurso público para que o cidadão invista-se em um cargo público.

Questão 7: IADES - AJ TRE PA/TRE PA/Apoio Especializado/Engenharia Elétrica/2014

A respeito do tratamento expressamente conferido aos servidores públicos pela Constituição Federal vigente, assinale a alternativa correta.

a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

b) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, sendo vedada a concessão de adicional ou prêmio de produtividade.

c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargo efetivo, que será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de benefício definido, hipótese na qual poderá ser fixado, para o valor das aposentadorias e pensões, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

d) O servidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei específica, assegurados ampla defesa e contraditório.

e) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

Questão 8: FCC - TJ TRT16/TRT 16/Administrativa/2014

Paulo é servidor público do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e conta com vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público. Nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, para se aposentar voluntariamente com proveitos proporcionais ao tempo de contribuição, Paulo deverá ter, no mínimo,

- a) 65 anos de idade e ter cumprido pelo menos cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- b) 60 anos de idade e ter cumprido pelo menos cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- c) 65 anos de idade e ter cumprido pelo menos dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- d) 60 anos de idade e ter cumprido pelo menos dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- e) 55 anos de idade e ter cumprido pelo menos cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Questão 9: VUNESP - Ass CT (FUNDACENTRO)/FUNDACENTRO/2014

Conforme estabelece a Constituição Federal, aplica-se o regime geral de previdência social

- a) a todos os servidores públicos em todas as entidades da Federação brasileira, contratados diretamente ou que tenham ingressado por meio de concurso público.
- b) ao servidor público contratado pela Lei n.º 8.112/90, desde que regularmente aprovado em concurso público.
- c) aos servidores públicos, exclusivamente, das fundações de direito público, seja em âmbito federal, estadual ou municipal.
- d) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público.
- e) ao servidor público que for contratado diretamente ou que tenha ingressado no serviço público por meio de concurso e que, no momento da posse, tenha optado por esse regime.

Questão 10: FUNDATEC - TTRE (SEFAZ RS)/SEFAZ RS/2014

Em se tratando dos servidores públicos na Constituição Federal, é correto afirmar que:

I. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto no respectivo Art. 40 da Constituição Federal.

II. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria quando portadores de deficiência, quando exercerem atividades de risco e cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, de acordo com os termos definidos em leis complementares.

III. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

Questão 11: FCC - JT TRT18/TRT 18/2014

O exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis da Administração direta

- a) deve ser considerado inconstitucional, até que seja editada a lei definidora dos termos e limites em que possa ser exercido, a fim de preservar a continuidade da prestação dos serviços públicos.
- b) deve ser considerado abusivo se exercido por servidores públicos em estágio probatório.
- c) é constitucional, visto que previsto em norma da Constituição Federal com aplicabilidade imediata, não necessitando de regulamentação, nem de integração normativa, para que o direito nela previsto possa ser exercido.
- d) é constitucional, devendo, no entanto, observar a regulamentação legislativa da greve dos trabalhadores em geral, que se aplica, naquilo que couber, aos servidores públicos enquanto não for promulgada lei específica para o exercício desse direito.
- e) é constitucional e poderá ensejar convenção coletiva em que seja prevista a majoração dos vencimentos dos servidores públicos.

Questão 12: FCC - JE TJCE/TJ CE/2014

No processo de elaboração da lei de revisão geral da remuneração dos servidores estaduais

- a) incide jurisprudência vinculante – relativamente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.
- b) declarada a inconstitucionalidade por omissão na hipótese, será dada ciência ao Poder Executivo para a adoção das providências necessárias, devendo fazê-lo em trinta dias.
- c) deve ser cumprido prazo anual para a revisão, prazo esse que existe desde o texto constitucional originário da República.
- d) deve ser respeitada norma da Constituição da República sobre reserva de iniciativa, ainda que não tenha sido reproduzida pela Constituição estadual.
- e) devem ser observadas exclusivamente as normas constitucionais e legais estaduais pertinentes.

Questão 13: VUNESP - Ana Tec Leg (CMSJC)/CM SJC/Designer Gráfico/2014

A Constituição Federal estabelece que o servidor público estável

- a) perde o cargo caso este seja extinto ou declarada a sua desnecessidade.
- b) pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- c) pode perder o cargo mediante sindicância devidamente instaurada para a apuração de fatos ocorridos no exercício do cargo.
- d) pode perder o cargo mediante decisão motivada de seu superior hierárquico.
- e) não está sujeito à perda do cargo.

Questão 14: VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Segundo os parâmetros estabelecidos pela Constituição, o servidor público estável só perderá o cargo

- a) se sofrer condenação criminal por órgão colegiado, independentemente do trânsito em julgado.
- b) se for extinto ou declarada a sua desnecessidade.
- c) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- d) se for investido no cargo de vereador e não houver compatibilidade de horário.

e) se investido no mandato de Prefeito.

Questão 15: FGV - TMD (DPE RJ)/DPE RJ/2014

Joana, servidora titular de cargo efetivo da administração direta do Estado do Rio de Janeiro, deseja se aposentar com proventos integrais. Seu intento poderá ocorrer, de acordo com a Constituição Federal, no caso de

- a) aposentadoria compulsória, aos setenta anos de idade.
- b) aposentadoria por invalidez permanente, em qualquer caso.
- c) aposentadoria por invalidez permanente, se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
- d) aposentadoria voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, com idade mínima de sessenta anos.
- e) aposentadoria voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, com idade mínima de sessenta anos de idade e trinta de contribuição.

Questão 16: FGV - TMD (DPE RJ)/DPE RJ/2014

A Constituição da República prevê como garantia fundamental o princípio da isonomia. No entanto, não se trata de uma mera igualdade formal, uma vez que a própria Constituição busca uma igualdade substancial, segundo a qual devem ser tratados igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Neste contexto, acerca do tratamento conferido às pessoas com deficiência, infere-se do texto constitucional que

- a) é facultativo o voto para as pessoas comprovadamente deficientes, e, no caso de servidor público titular de cargo efetivo, o chefe do cartório eleitoral tem competência para expedir automaticamente certidão de quitação eleitoral.
- b) a lei complementar reserva percentual dos cargos em comissão na administração direta e indireta para as pessoas portadoras de deficiência, não se aplicando o mesmo para cargos efetivos.
- c) é permitida a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores com deficiência titulares de cargos efetivos dos Estados, na forma de lei complementar.
- d) é assegurada, na forma de lei complementar, a fixação de critérios especiais de admissão de pessoa com deficiência para cargo efetivo dos Estados, bem como a previsão de gratificação de especial desempenho em razão da deficiência.
- e) nos casos de lotação, remoção e fruição de férias, os servidores com deficiência, titulares de cargos efetivos dos Estados, terão prioridade sobre os demais.

Questão 17: FGV - TNS (ALBA)/ALBA/Assessoria Legislativa/2014

Sandra é servidora pública do Poder Executivo tendo sido nomeada para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público de provas e títulos.

De acordo com as normas da Constituição Federal, sua estabilidade no cargo ocorrerá após três anos de efetivo exercício e ela só poderá perder o cargo após

- a) decisão liminar em ação coletiva.
- b) decisão política de órgão do Poder Legislativo.
- c) julgamento administrativo sumário.
- d) sentença judicial transitada em julgado.
- e) decisão administrativa do Poder Judiciário.

Questão 18: FCC - AFTE (SEFAZ PE)/SEFAZ PE/2014

Sobre o regime constitucional dos servidores públicos civis, é correto afirmar:

- a) O servidor público estadual investido no mandato de prefeito municipal deve se afastar de suas funções, bem como deve passar a perceber o subsídio do mandato eletivo.
- b) Aos servidores públicos são aplicáveis, entre outras garantias asseguradas aos trabalhadores urbanos e rurais na Constituição, a proteção do mercado de trabalho da mulher; a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; e o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.
- c) O servidor público afastado para o exercício de cargo eletivo terá seu tempo de mandato contado para todos os efeitos legais.
- d) O servidor público que tiver seu cargo extinto será reconduzido, se estável, ao cargo de origem ou será colocado em disponibilidade, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- e) O servidor inativo que tenha reingressado no serviço público, por concurso, até 16 de dezembro de 1998, pode perceber, simultaneamente, os proventos de aposentadoria e a remuneração do novo cargo, independentemente de serem tais cargos – anterior e atual – acumuláveis na atividade.

Questão 19: VUNESP - Tec (PRODEST)/PRODEST/Organizacional/Administrativa/2014

Segundo a Constituição Federal, art. 39, a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará, entre outros,

- a) a experiência comprovada do servidor nas atividades relativas ao cargo.
- b) a esfera de poder na qual se insere a carreira.

- c) os valores médios dos salários pagos pelo mercado, segundo os critérios do IBGE.
- d) a unidade da Federação e sua capacidade orçamentária.
- e) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

Questão 20: VUNESP - Tec (PRODEST)/PRODEST/Organizacional/Administrativa/2014

Segundo a Constituição Federal, art. 41, o servidor público estável perderá o cargo, entre outros, em virtude de

- a) sentença judicial.
- b) processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) dois resultados desfavoráveis na avaliação periódica de desempenho.
- d) comportamento incompatível com o exercício de cargo público.
- e) participação em manifestações públicas com notório sentido político.

Questão 21: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

A Constituição Federal assegura aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o direito de serem aposentados

- a) voluntariamente, observadas as condições de idade e o tempo de contribuição, e desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e três anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- b) voluntariamente, observadas as condições de idade e o tempo de contribuição, e desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- c) compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, se decorrente de acidente em serviço.
- e) compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos integrais.

Questão 22: VUNESP - Ana O (PRODEST)/PRODEST/Administrativa/2014

A propósito das regras de aposentadoria previstas na Constituição Federal, é correto afirmar que o servidor público será aposentado

- a) pelo Regime Geral da Previdência Social, independentemente do cargo ocupado.
- b) compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade.

c) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de vinte anos de exercício no serviço público e dez anos no respectivo cargo.

d) voluntariamente, quando atingir sessenta anos de idade e trinta de contribuição, se homem, e cinquenta anos de idade e vinte de contribuição, se mulher.

e) por invalidez permanente, com proventos integrais, se, entre outros casos, for decorrente de doença grave, na forma da lei.

Questão 23: VUNESP - Ana O (PRODEST)/PRODEST/Ciências Jurídicas/2014

A Carta Magna brasileira estabelece que são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Todavia, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável

a) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

b) perderá automaticamente o cargo, mas deverá receber indenização proporcional ao tempo de serviço público.

c) deverá ser promovido para cargo imediatamente superior na mesma repartição onde exerce suas funções.

d) será aposentado com proventos proporcionais ao tempo de serviço e em nível imediatamente superior ao cargo que ocupava.

e) ficará em disponibilidade, com remuneração, até atingir o tempo necessário para atingir a aposentadoria proporcional.

Questão 24: CESPE - DP PE/DPE PE/2015

Julgue o item que se segue, relativo aos servidores públicos.

As regras do regime geral da previdência social relativas à aposentadoria especial não são aplicáveis ao servidor público enquanto não houver lei complementar específica que assim o determine.

Certo

Errado

Questão 25: CESPE - DP PE/DPE PE/2015

Julgue o item que se segue, relativo aos servidores públicos.

De acordo com a jurisprudência do STF, o princípio da isonomia não justifica o aumento de vencimento de servidor público por decisão judicial.

Certo

Errado

Questão 26: FCC - JT TRT24/TRT 24/2014

São constitucionalmente assegurados aos servidores ocupantes de cargo público:

a) a exemplo do que ocorre com os trabalhadores domésticos, o direito à garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável, bem como o direito à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

b) a exemplo do que ocorre com os trabalhadores domésticos, o direito à proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual, bem como o direito à garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

c) diferentemente do que ocorre com os trabalhadores domésticos, o direito à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, bem como o direito ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.

d) diferentemente do que ocorre com os trabalhadores domésticos, o direito ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, bem como o direito à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

e) a exemplo do que ocorre com os trabalhadores domésticos, o direito ao aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, bem como o direito à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

Questão 27: CESPE - TA (ANTAQ)/ANTAQ/2014

Acerca da organização político-administrativa e da administração pública, julgue o próximo item.

O agente público condenado por ato de improbidade administrativa está sujeito à suspensão dos direitos políticos, à perda da função pública, à indisponibilidade de seus bens e ao ressarcimento dos prejuízos causados ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Certo

Errado

Questão 28: FCC - DP CE/DPE CE/2014

Estende o texto constitucional aos servidores públicos alguns dos direitos assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais. Dentre eles, encontram-se os seguintes:

- a) o direito à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias; e o direito à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
- b) o direito ao salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; e o direito ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.
- c) o direito à garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; e o direito ao salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- d) o direito à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias; e o direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- e) o direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; e o direito à garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

Questão 29: FCC - APE (TCE-RS)/TCE-RS/Arquitetura/2014

A Constituição da República estabelece que, dentre os direitos reconhecidos aos trabalhadores urbanos e rurais, aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o direito a

- a) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal, mas não a aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de, no mínimo, trinta dias.
- b) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria, mas não a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- c) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, mas não a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- d) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, mas não a gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o normal.
- e) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, mas não a garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

Questão 30: CESPE - TL (CAM DEP)/CAM DEP/Agente de Polícia Legislativa/2014

No que diz respeito à organização do Estado brasileiro, julgue o item que se segue.

Os requisitos de idade e tempo de contribuição para a aposentadoria voluntária de professor de universidade federal que nunca exerceu qualquer outra atividade laboral devem ser reduzidos em cinco anos.

Certo

Errado

Questão 31: VUNESP - Esc PC CE/PC CE/2015

A Carta Magna veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos titulares de cargo efetivo dos entes políticos, exceto para os

- a) que exerçam o magistério como professor no ensino superior.
- b) nomeados para cargos de livre nomeação e exoneração.
- c) que exerçam atividades de atendimento ao público.
- d) integrantes de minoria étnica.
- e) portadores de deficiência.

Questão 32: VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015

Segundo os ditames do artigo 39, parágrafo 3º, da Constituição Federal, aplicam-se aos servidores ocupantes de cargo público alguns dos direitos igualmente assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, previstos no artigo 7º e incisos, dentre os quais

- a) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- b) proteção em face da automação, na forma da lei.
- c) fundo de garantia do tempo de serviço.
- d) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- e) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

Questão 33: CESPE - AJ TRE GO/TRE GO/Judiciária/2015

Acerca da administração pública, da organização dos poderes e da organização do Estado, julgue o item que se segue.

Caso preencha os requisitos de idade e contribuição, o indivíduo que trabalhe por vários anos em determinado Tribunal Regional Eleitoral ocupando, exclusivamente, cargo em comissão terá direito à aposentadoria estatutária se decidir se aposentar voluntariamente.

Certo

Errado

Questão 34: CESPE - TJ TRE GO/TRE GO/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015

A respeito dos Poderes Legislativo e Executivo e do regime constitucional da administração pública, julgue o item a seguir.

Considere que Afonso seja servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás e tenha sido eleito como deputado estadual. Nessa situação, se houver compatibilidade de horário entre suas atividades no tribunal e sua atuação como deputado, Afonso pode acumular os dois cargos e receber as vantagens e as remunerações a eles referentes.

Certo

Errado

Questão 35: FCC - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2015

Segundo a disciplina constitucional sobre a estabilidade dos servidores públicos:

- a) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Como condição para a aquisição da estabilidade, é facultativa a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- c) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral daquele cargo, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- d) O servidor público estável somente perderá o cargo em razão de deficiência constatada de imediato em procedimento de avaliação periódica de desempenho.
- e) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Questão 36: CESPE - Aud Gov (CGE PI)/CGE PI/Geral/2015

No que se refere à administração pública, aos direitos políticos e às comissões parlamentares de inquérito (CPIs), julgue o item que se segue.

Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após dois anos de efetivo exercício.

Certo

Errado

Questão 37: VUNESP - Assis Leg (Caieiras)/CM Caieiras/2015

O artigo 39 da Constituição Federal estabelece que

- a) a União e os Estados, ao fixarem os padrões de vencimento do sistema remuneratório, não levarão em conta os requisitos para a investidura do cargo.
- b) o Município deve adotar o mesmo plano de carreira estabelecido pelo Estado ao qual pertence.
- c) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas competências, regime jurídico diferenciado para os servidores das Autarquias.
- e) é vedado à União e ao Distrito Federal, ao fixarem os padrões de vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, observar as peculiaridades de cada cargo.

Questão 38: FCC - AJ TRE RR/TRE RR/Judiciária/2015

Relativamente à disciplina constitucional da situação do servidor público que exerça mandato eletivo, é INCORRETO afirmar:

- a) Investido no cargo de Prefeito, o servidor será afastado do cargo, emprego ou função, ainda que haja compatibilidade de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- b) As regras aplicam-se, inclusive, aos servidores de fundações públicas.
- c) O tempo de exercício do mandato eletivo será contado inclusive para fins de promoção por merecimento.
- d) Investido no cargo de Vereador, poderá acumular as funções e as respectivas remunerações, desde que haja compatibilidade de horários.
- e) As regras não se aplicam aos servidores de empresas públicas.

Questão 39: FCC - TJ TRE RR/TRE RR/Administrativa/2015

Em relação aos servidores públicos, a Constituição estabelece que:

- a) adquirem a estabilidade após três anos de efetivo exercício, sejam eles concursados ou exercentes de cargo em comissão.
- b) enquanto não adquirirem estabilidade, podem ser demitidos independentemente de qualquer procedimento administrativo.
- c) adquirem a estabilidade após dois anos de exercício, caso ocupantes de cargo de confiança, e de três anos, caso efetivos.
- d) uma vez estáveis, somente podem perder o cargo em virtude de sentença judicial, de processo administrativo ou de procedimento de avaliação periódica, assegurada sempre a ampla defesa.
- e) uma vez estáveis, somente podem perder o cargo em virtude de sentença judicial e de processo administrativo, assegurada ampla defesa.

Questão 40: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

Para fins de aposentadoria, segundo a Constituição Federal, são exemplos de cargos públicos regidos pelo regime geral da previdência social:

- a) de carreira.
- b) do Poder Judiciário.
- c) estatutários.
- d) em comissão.
- e) de provimento efetivo.

Questão 41: FCC - JE TJGO/TJ GO/2015

Servidor público aposentado no ano de 1996, no cargo de analista administrativo, reingressou, no ano seguinte, por meio de concurso público de provas e títulos, aos quadros da Administração federal, como professor universitário, tendo, desde então, percebido cumulativamente os proventos de aposentadoria com os vencimentos do cargo. Nesta situação, em conformidade com as normas constitucionais pertinentes, a acumulação de proventos e vencimentos é

- a) lícita, desde que a soma resultante da acumulação respeite o teto remuneratório equivalente ao subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) lícita, não estando sujeita a teto remuneratório, sendo vedado ao servidor, contudo, pretender perceber, futuramente, mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência dos servidores públicos federais.
- c) lícita, assim como será lícito, futuramente, o recebimento de duas aposentadorias pelo regime de previdência dos servidores públicos federais, por se tratar de hipótese excepcionada expressamente em sede constitucional.

d) ilícita, por ser expressamente vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria pelo regime aplicável aos servidores públicos com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

e) ilícita, por se tratar de hipótese em que a Constituição da República não admitiria a acumulação de cargos, o que se estende à acumulação de proventos e vencimentos pretendida.

Questão 42: VUNESP - OFA (TJ PA)/TJ PA/2014

Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal prevê que, como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatório(a)

- a) a contribuição para o regime de previdência próprio.
- b) a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- c) que o servidor tenha dois anos de efetivo exercício.
- d) a aprovação em concurso público ou provimento do cargo em comissão.
- e) a posse há três anos, independentemente do tempo de efetivo exercício.

Questão 43: VUNESP - Ag SP (SAP SP)/SAP SP/2015

A Constituição Federal de 1988 prevê que os cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, destinam-se

- a) exclusivamente às atividades de assessoramento.
- b) aos titulares de cargos efetivos, que tenham cumprido o estágio probatório.
- c) apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) aos serviços de menor complexidade, que não exijam nível superior.
- e) aos serviços de maior complexidade, que exijam nível superior.

Questão 44: VUNESP - Ag SP (SAP SP)/SAP SP/2015

A Constituição Federal de 1988 veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado o teto remuneratório, para a hipótese de

- a) dois cargos privativos de profissionais técnicos ou científicos, com nível superior.
- b) três cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com ou sem profissão regulamentada.
- c) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

- d) três cargos de professor, para os períodos de manhã, tarde e noite.
- e) dois cargos ou empregos no atendimento ao público.

Questão 45: FGV - Adm (Florianópolis)/Pref Florianópolis/2014

Moacir é servidor público municipal ocupante de cargo efetivo e foi eleito Vereador. De acordo com a disciplina constitucional da matéria, Moacir:

- a) poderá acumular seu cargo efetivo com o mandato eletivo, caso haja compatibilidade de horários, percebendo as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
- b) poderá acumular seu cargo efetivo com o mandato eletivo, caso haja compatibilidade de horários, escolhendo apenas uma remuneração;
- c) não poderá acumular seu cargo efetivo com o mandato eletivo, mesmo que haja compatibilidade de horários, recebendo necessariamente a remuneração pelo exercício do mandato eletivo;
- d) será necessariamente afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do mandato eletivo ou cargo efetivo;
- e) será necessariamente afastado do cargo efetivo, recebendo dupla remuneração: pelo mandato eletivo e pelo cargo efetivo.

Questão 46: FGV - FSP (Florianópolis)/Pref Florianópolis/2014

De acordo com o texto constitucional, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público:

- a) adquirem a estabilidade após três anos de efetivo exercício;
- b) somente podem perder o cargo após sindicância sumária ou processo administrativo disciplinar;
- c) são vitaliciados após dois anos de efetivo exercício, após aprovação em avaliação especial de desempenho;
- d) são reintegrados a cargo superior, a cada três anos de efetivo exercício;
- e) são promovidos, alternadamente por antiguidade e merecimento, a cada cinco anos.

Questão 47: FCC - Adv Jr (METRO SP)/METRO SP/2014

Pedrus, servidor público da Administração Direta, foi investido no mandato de Vereador de determinado Município de São Paulo. Nos termos da Constituição Federal, caso inexista compatibilidade de horários entre o cargo efetivo e o cargo eletivo, Pedrus

- a) ficará afastado do cargo eletivo e receberá obrigatoriamente a remuneração do cargo efetivo.

- b) será afastado do cargo efetivo e receberá obrigatoriamente a remuneração do cargo eletivo.
- c) será afastado do cargo efetivo, podendo optar pela remuneração de quaisquer dos cargos.
- d) será exonerado do cargo efetivo.
- e) perderá o cargo eletivo.

Questão 48: FCC - JT TRT6/TRT 6/2015

Considere:

I. Aos servidores ocupantes de cargo público é constitucionalmente assegurado, a exemplo dos trabalhadores urbanos e rurais, o direito ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, assim como o direito à garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

II. Aos servidores ocupantes de cargo público é constitucionalmente assegurado, a exemplo dos trabalhadores domésticos, o direito à proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência, assim como o direito ao seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorre em dolo ou culpa.

III. Aos servidores ocupantes de cargo público não é constitucionalmente assegurado, a exemplo dos trabalhadores domésticos, o direito à proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos, assim como o direito à igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

IV. Aos servidores ocupantes de cargo público não é constitucionalmente assegurado, diferentemente dos trabalhadores urbanos e rurais, o direito à jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, assim como o direito ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

e) I e III.

Questão 49: IBFC - Ag Seg Pen (SEDS MG)/SEDS MG/2014

De acordo com a Constituição Federal, NÃO se aplicam aos servidores públicos:

- a) Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- b) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- c) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- d) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

Questão 50: IBFC - Ag Seg Pen (SEDS MG)/SEDS MG/2014

Analise as seguintes afirmações, relativas à disciplina constitucional sobre o servidor público que venha a desempenhar mandato eletivo:

- I. O servidor, investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- II. Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção.
- III. O servidor, investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

Questão 51: FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/Ciências Atuariais/2015

Sobre o que dispõe a Constituição Federal acerca do Regime Previdenciário dos Servidores Públicos titulares de cargos públicos efetivos, é correto afirmar que

- a) é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos, excluídos os inativos e pensionistas da condição de contribuintes.
- b) é prevista aos servidores sujeitos a este regime a aposentadoria compulsória aos 65 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- c) o tempo de contribuição federal, estadual e municipal não poderá ser contado para efeito de aposentadoria, sendo possível somente a contagem do tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- d) para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência instituídos constitucionalmente.
- e) são abrangidos pelo mesmo regime de previdência os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público.

Questão 52: IBFC - NeR (TJ PR)/TJ PR/Remoção/2014

Assinale a alternativa correta:

- a) A investidura em cargo ou emprego público não depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) Um dos princípios que rege a Administração Pública é o da eficiência.
- c) Ao servidor público civil não é garantido o direito a associação sindical.
- d) São estáveis após quatro anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Questão 53: IBFC - NeR (TJ PR)/TJ PR/Remoção/2014

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- b) O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada a ampla defesa.
- c) Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o gasto de mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- d) É autorizada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

Questão 54: FUNCAB - Ana Sist (SESACRE)/SESACRE/2014

Assinale a alternativa que contenha direito trabalhista, expresso no artigo 7º da Constituição Federal e que seja aplicável aos servidores ocupantes de cargo público.

- a) Seguro desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- b) Fundo de garantia do tempo de serviço.
- c) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
- d) Licença paternidade, nos termos fixados em lei.
- e) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

Questão 55: CESPE - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Biologia/2015

Com relação aos servidores públicos, julgue o próximo item, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

Para o cálculo de benefício previdenciário, o tempo de serviço do servidor afastado para investidura em mandato eletivo continua a ser contado como se em exercício estivesse.

Certo

Errado

Questão 56: CESPE - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Biologia/2015

Com relação aos servidores públicos, julgue o próximo item, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

O servidor público da administração direta que for investido no mandato de vereador deverá optar entre a remuneração da vereança e a de seu cargo público.

Certo

Errado

Questão 57: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Maria tem 59 anos de idade e ingressou pela primeira vez no serviço público aos 49 anos, tendo ocupado, durante todo esse tempo, o mesmo cargo efetivo. Ela possui, no total de sua vida laboral, 10 anos de contribuição previdenciária

junto ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores, nunca tendo contribuído ao Regime Geral de Previdência Social. Maria, que pretende aposentar-se pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores, ao analisar as regras atuais estabelecidas na Constituição Federal, verificou que

- a) não poderá aposentar-se voluntariamente, tendo que se aposentar compulsoriamente aos 70 anos de idade.
- b) só poderá aposentar-se voluntariamente após completar o mínimo de 15 anos de contribuição previdenciária.
- c) só poderá aposentar-se voluntariamente após completar o mínimo de 30 anos de contribuição previdenciária.
- d) poderá aposentar-se voluntariamente, aos 60 anos, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- e) poderá aposentar-se voluntariamente, aos 60 anos, com proventos integrais.

Questão 58: FGV - GCM (Osasco)/Pref Osasco/2014

Consoante estabelece a Constituição da República de 1988, o servidor público estável ocupante de cargo de provimento efetivo perderá o cargo mediante:

- a) sentença judicial confirmada pelo órgão colegiado do Tribunal de Justiça, mesmo que ainda não transitada em julgado;
- b) sindicância administrativa em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- c) procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;
- d) condenação por ato de improbidade administrativa, em regular processo administrativo disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- e) exoneração assinada pelo Secretário da pasta em que o servidor estiver lotado, em razão de cometimento de falta disciplinar, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Questão 59: FGV - Anal Jud (TJ GO)/TJ GO/Judiciária/"Sem Especialidade"/2014

A Constituição da República de 1988 assegura aos servidores ocupantes de cargo efetivo regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O texto constitucional veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos por tal regime, mas, pelo princípio da igualdade material, se autoexcepcionando, ressalva, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

- a) da área da educação;
- b) da área da segurança pública;
- c) da área da saúde;
- d) portadores de deficiência;

e) cujos vencimentos não ultrapassem um salário mínimo nacional.

Questão 60: FCC - ACE (TCE-CE)/TCE-CE/Controle Externo/Auditoria Governamental/2015

Servidor público estadual ocupante de cargo de Procurador do Estado teve sua aposentadoria concedida em 2014, após completar os requisitos constitucionais. Atualmente, na inatividade, foi aprovado em concurso público para emprego de advogado em empresa pública estadual, tendo tomado posse. De acordo com a Constituição Federal, é

- a) admissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, tendo o servidor o direito a uma segunda aposentadoria decorrente da relação de emprego, ao completar os requisitos constitucionais.
- b) admissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas o servidor não terá direito a uma segunda aposentadoria decorrente da relação de emprego.
- c) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, podendo o Tribunal de Contas do Estado considerar ilegal a acumulação.
- d) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas apenas o Poder Judiciário poderá considerar ilegal a acumulação, nos termos da Constituição Federal.
- e) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas a Administração pública não poderá declarar a ilegalidade da cumulação, sequer mediante prévio processo judicial, considerando o direito adquirido do servidor.

Questão 61: FCC - Proc (TCM-RJ)/TCM-RJ/2015

Prefeito Municipal apresentou projeto de lei que dispôs sobre a carreira de professores do ensino público municipal e estabeleceu os valores da respectiva remuneração. O projeto de lei foi aprovado com emendas parlamentares, dentre as quais a que estabeleceu que os professores do ensino público municipal devem perceber, no mínimo, 75% da remuneração inicial paga aos professores da rede pública de ensino estadual, o que elevou a despesa prevista inicialmente no projeto de lei. A emenda parlamentar aprovada é

- a) constitucional, uma vez que a fixação de remuneração dos professores não é matéria de iniciativa privativa do Prefeito, podendo a Câmara Municipal emendar o projeto inicial, ainda que isso importe aumento da despesa nele prevista, sendo constitucional a vinculação da remuneração do professor municipal à remuneração paga pelo Estado.
- b) inconstitucional, uma vez que, ainda que a fixação de remuneração dos professores não seja matéria de iniciativa privativa do Prefeito, não pode a Câmara Municipal emendar o projeto inicial de modo a aumentar a despesa nele prevista, em que pese seja materialmente constitucional a vinculação da remuneração do professor municipal à remuneração paga pelo Estado.

c) inconstitucional, uma vez que a fixação de remuneração dos professores é matéria de iniciativa privativa do Prefeito, não podendo a Câmara Municipal emendar o projeto inicial de modo a aumentar a despesa nele prevista, sendo ainda materialmente inconstitucional a vinculação da remuneração do professor municipal à remuneração paga pelo Estado.

d) inconstitucional, uma vez que a fixação de remuneração dos professores é matéria de iniciativa privativa do Prefeito, não podendo a Câmara Municipal emendar o projeto inicial de modo a aumentar a despesa nele prevista inicialmente, ainda que seja materialmente constitucional a vinculação da remuneração do professor municipal à remuneração paga pelo Estado.

e) inconstitucional, uma vez que, ainda que seja permitido à Câmara Municipal emendar o projeto inicial de modo a aumentar a despesa nele prevista, é materialmente inconstitucional a vinculação da remuneração do professor municipal à remuneração paga pelo Estado para o mesmo cargo.

Questão 62: FGV - TDP (DPE RO)/DPE RO/Oficial de Diligência/2015

A Constituição da República Federativa do Brasil assegurou aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo um regime previdenciário, tendo estabelecido, ainda, os seus contornos básicos. A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) o regime previdenciário não é contributivo, sendo mantido exclusivamente com recursos públicos;
- b) a aposentadoria compulsória, para os servidores do Poder Executivo, é deferida aos oitenta anos de idade;
- c) os servidores públicos, a cada falta ao serviço, perdem um dia de aposentadoria;
- d) a aposentadoria por invalidez permanente, conforme a origem e a natureza da respectiva causa, pode ser deferida com proventos integrais;
- e) a aposentadoria voluntária dos homens e das mulheres está sujeita, por força da isonomia, aos mesmos requisitos.

Questão 63: CESPE - Adm (FUB)/FUB/2015

No que se refere às disposições gerais relacionadas aos servidores públicos, julgue o item a seguir.

De acordo com a CF, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquirem a estabilidade após dois anos de efetivo exercício.

Certo

Errado

Questão 64: FCC - TM (MPE PB)/MPE PB/Técnico Ministerial/Diligências e Apoio Administrativo/2015

São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. De acordo com a Constituição Federal, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, poderá ser

- a) posto em disponibilidade com remuneração integral se tiver mais que 15 anos de tempo de serviço.
- b) posto em disponibilidade com remuneração integral, independentemente do tempo de serviço.
- c) reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização.
- d) aproveitado em outro cargo, com direito a indenização em pecúnia arbitrada em salários mínimos.
- e) posto em disponibilidade com remuneração integral se tiver mais que 10 anos de tempo de serviço.

Questão 65: FCC - AJ TRT3/TRT 3/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015

O dispositivo da chamada “PEC da Bengala” (Emenda Constitucional nº 88/2015), que prevê que os servidores públicos em geral, com exceção dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e Tribunal de Contas da União, serão aposentados “compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar”, é classificado pela doutrina como norma constitucional de

- a) eficácia contida.
- b) eficácia plena.
- c) eficácia limitada.
- d) conteúdo programático.
- e) integração restringível.

Questão 66: FGV - AL (CM Caruaru)/CM Caruaru/Direito/2015

Com base no Art. 41 da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Disponibilidade é a situação funcional na qual o servidor passa à inatividade em virtude da extinção de seu cargo ou da declaração de sua desnecessidade.

II. Estabilidade é a situação estatutária pessoal adquirida pelo servidor público civil nomeado para cargo de provimento efetivo, após três anos de efetivo exercício, que lhe garante a permanência no serviço público.

III. Reintegração é uma garantia do servidor público estável destinada à correção jurídica de uma demissão inválida.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 67: FGV - TL (CM Caruaru)/CM Caruaru/2015

Após três anos de efetivo exercício, a Constituição Federal brasileira estabelece que o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público tem

- a) estabilidade e só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- b) estabilidade e só perderá o cargo se ele for extinto ou declarada a sua desnecessidade.
- c) estabilidade e, sendo ela invalidada por sentença judicial, não poderá ser reintegrado se a vaga já possuir um novo ocupante estável.
- d) estabilidade e só perderá o cargo, mediante processo administrativo, sem necessidade de defesa.
- e) estabilidade e o procedimento de avaliação periódica de desempenho não será utilizado para a perda do cargo.

Questão 68: FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

Considerando a sistemática constitucional afeta ao provimento de cargos públicos, assinale a afirmativa correta.

- a) Tanto a realização do concurso público como a posse dos aprovados são atos discricionários da Administração Pública.
- b) É vedada a fixação de limite de idade para a inscrição em concurso público.
- c) A habilitação de candidato em concurso público só pode estar sujeita a exame psicotécnico caso a lei assim disponha, não sendo possível que somente o edital o preveja.
- d) A transposição de cargos públicos somente é cabível quando demonstrada a total identidade entre as atribuições dos cargos.
- e) A exigência de altura mínima para o acesso ao cargo público ofende os princípios da isonomia e da ampla concorrência.

Questão 69: CS UFG - GM (Sen Can)/Pref Sen Can/2014

Segundo a Constituição Federal, o servidor público estável só perderá o cargo em

- a) decorrência de invalidez permanente.
- b) razão de extinção do cargo.
- c) virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- d) período anterior a três anos de efetivo exercício do cargo.

Questão 70: IESES - TJ TRE MA/TRE MA/Administrativa/2015

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar:

- a) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- b) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, tendo como condição para a aquisição da estabilidade a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- c) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- d) É vedado ao servidor público civil o direito à associação sindical.

Questão 71: FCC - AJ TRT4/TRT 4/Judiciária/"Sem Especialidade"/2015

Engenheiro ocupante de emprego público junto a empresa pública municipal é eleito Prefeito de outro município, passando a exercer o mandato juntamente com o emprego público municipal, cumulando as respectivas remunerações. Como Prefeito, nomeou sua esposa como Secretária Municipal de Educação. À luz da Constituição Federal, o Prefeito deve ser afastado do emprego público

- a) independentemente de haver compatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o mandato, podendo optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, mas o parentesco por afinidade não é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.
- b) independentemente de haver compatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o mandato, podendo optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, sendo que o parentesco por afinidade é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.
- c) independentemente de haver compatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o mandato, devendo restituir aos cofres públicos os valores recebidos indevidamente até o seu afastamento, sendo que também não poderia ter nomeado sua esposa Secretária do Município em razão do parentesco por afinidade existente entre eles.

d) apenas se houver incompatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o emprego público, podendo, nesse caso, optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, mas o parentesco por afinidade não é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.

e) apenas se houver incompatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o emprego público, podendo, nesse caso, optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, sendo que o parentesco por afinidade é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.

Questão 72: FGV - Fisc Post (Niterói)/Pref Niterói/2015

Ednaldo, servidor público municipal, decidiu traçar planos para a sua aposentadoria. Para tanto, analisou os comandos constitucionais que dispõem sobre a aposentadoria dos servidores públicos e formulou algumas proposições.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- a) a aposentadoria por invalidez pode ocorrer com proventos proporcionais ou integrais;
- b) o regime previdenciário dos servidores públicos é baseado na ausência de contribuição;
- c) não é prevista a modalidade de aposentadoria compulsória, somente a voluntária;
- d) são idênticos os requisitos exigidos para a aposentadoria de homens e mulheres;
- e) somente o tempo de serviço público é levado em conta na modalidade de aposentadoria voluntária.

Questão 73: FGV - Ag Faz (Niterói)/Pref Niterói/2015

Pedro, servidor público federal, tinha o sonho de ser eleito vereador em seu município. Apesar disso, tinha medo de perder o cargo federal caso fosse eleito e tomasse posse no cargo municipal. À luz da sistemática constitucional, caso Pedro seja investido no mandato de vereador:

- a) deverá ser necessariamente demitido do serviço público federal;
- b) será necessariamente afastado do cargo federal, mas sem demissão;
- c) sempre deverá optar pela remuneração de um dos cargos;
- d) se houver compatibilidade de horários, desempenhará ambas as funções;
- e) sempre receberá a remuneração correspondente a ambos os cargos.

Questão 74: FGV - Ag Faz (Niterói)/Pref Niterói/2015

Epaminondas, dedicado servidor público, consultou Eustáquio a respeito das situações em que seria possível a decretação da perda do cargo público. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o servidor público, observados os requisitos previstos na ordem jurídica:

- a) somente pode perder o cargo por sentença judicial da qual não caiba mais recurso;
- b) pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- c) somente pode perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar;
- d) pode perder o cargo caso seja preso em flagrante delito por crime inafiançável;
- e) somente pode perder o cargo se a demissão em sede administrativa for confirmada por sentença judicial.

Questão 75: FGV - Fisc Trib (Niterói)/Pref Niterói/2015

Pablo decidiu ingressar no serviço público em razão das vantagens pecuniárias oferecidas pelo respectivo regime jurídico. Poucos dias antes de preencher o requisito temporal de cinco anos de efetivo exercício da função pública, o que lhe permitiria obter uma vantagem pecuniária, foi promulgada lei extinguindo essa vantagem. Por sentir-se enganado pelo Poder Público, decidiu ingressar, no mesmo dia, com uma ação judicial pleiteando o pagamento da vantagem pecuniária que foi extinta. À luz da sistemática constitucional, a pretensão de Pablo deve ser julgada:

- a) procedente, já que a nova lei violou uma legítima expectativa de direito;
- b) improcedente, porque não demonstrado o exaurimento da instância administrativa;
- c) procedente, porque a lei superveniente não poderia afrontar as regras do regime jurídico que a antecedeu;
- d) improcedente, porque a incidência imediata da nova lei não afrontou qualquer direito fundamental;
- e) procedente, em razão da manifesta violação ao ato jurídico perfeito.

Questão 76: CESPE - Aud (TCE-RN)/TCE-RN/2015

Acerca da organização do Estado brasileiro e da administração pública, julgue o seguinte item.

O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, está ligado ao regime geral de previdência social, mas, ao servidor que ocupa cargo comissionado e cargo público efetivo na administração pública estadual simultaneamente, aplica-se o regime próprio do ente público a que está vinculado.

Certo

Errado

Questão 77: VUNESP - APPGG (Pref SP)/Pref SP/2015

João Bartolomeu é servidor público de uma autarquia municipal e foi eleito prefeito nas últimas eleições. A remuneração de seu cargo na autarquia é maior do que iria receber como prefeito. De acordo com a Constituição Federal, João

- a) perceberá as vantagens de seu cargo, na autarquia, sem prejuízo da remuneração do cargo de prefeito.
- b) deve se afastar do cargo, na autarquia, e pode optar em manter a remuneração desse cargo.
- c) deverá apenas se afastar de seu cargo na autarquia.
- d) não precisará se afastar de seu cargo, na autarquia, porém receberá apenas a remuneração do cargo de prefeito, não podendo ter remuneração acumulada.
- e) deve se afastar do cargo, na autarquia, devendo optar pela remuneração de prefeito.

Questão 78: FCC - ODP (DPE SP)/DPE SP/2015

Segundo a Constituição Federal brasileira, aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Os servidores abrangidos por este regime de previdência serão aposentados voluntariamente, desde que, além de outros requisitos, tenham

- a) no mínimo trinta anos de contribuição, se homem.
- b) cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- c) no mínimo sessenta e cinco anos de idade se mulher.
- d) cumprido tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público e três anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- e) no mínimo vinte e cinco anos de contribuição, se homem.

Questão 79: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Com base nas normas constitucionais e na jurisprudência do STF, julgue o item seguinte.

Situação hipotética: Servidor público, ocupante de cargo efetivo na esfera federal, recebia vantagem decorrente do desempenho de função comissionada por um período de dez anos. O servidor, após ter sido regularmente exonerado do cargo efetivo anterior, assumiu, também na esfera federal, novo cargo público efetivo. Assertiva: Nessa situação, o servidor poderá continuar recebendo a vantagem referente ao cargo anterior, de acordo com o princípio do direito adquirido.

Certo

Errado

Questão 80: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

De acordo com o entendimento do STF, julgue o item seguinte, a respeito da administração pública e do servidor público.

Segundo o STF, por força do princípio da presunção da inocência, a administração deve abster-se de registrar, nos assentamentos funcionais do servidor público, fatos que não forem apurados devido à prescrição da pretensão punitiva administrativa antes da instauração do processo disciplinar.

Certo

Errado

Questão 81: FCC - AJ TRE SE/TRE SE/Judiciária/2015

Os titulares de cargos públicos

- a) tornam-se efetivos após três anos de exercício de suas funções.
- b) podem ter seus reajustes remuneratórios fixados em convenções coletivas.
- c) têm constitucionalmente assegurado o direito à percepção de adicional de insalubridade.
- d) submetem-se necessariamente a regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- e) podem perceber verbas indenizatórias que ultrapassem o teto constitucional.

Questão 82: FCC - TJ TRE SE/TRE SE/2015

Em determinado processo administrativo disciplinar, o servidor acusado promoveu sua defesa pessoalmente, mediante manifestação e produção de provas nos autos, sem que, no entanto, tenha sido assistido tecnicamente por advogado, embora lhe tenha sido facultado constituir um. Nesta hipótese, considerando não estar prevista, em lei aplicável ao processo em questão, a obrigatoriedade de assistência por advogado,

- a) há violação à garantia constitucional do devido processo legal, assegurado expressamente aos litigantes em processo administrativo.
- b) há violação às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, asseguradas expressamente aos litigantes em processo administrativo.

- c) há violação à garantia constitucional do advogado como indispensável à administração da justiça.
- d) há violação aos princípios constitucionais da legalidade e impessoalidade da Administração pública.
- e) não há ofensa à Constituição da República.

Questão 83: FCC - TJ TRE SE/TRE SE/2015

O ocupante de cargo efetivo em órgão da Administração direta de determinado Estado da federação que venha a ser investido no mandato de Prefeito da capital do referido Estado

- a) será afastado do cargo, não se computando o tempo de serviço para os fins legais, exceto promoção por antiguidade.
- b) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- c) perderá o cargo, para o qual somente poderá retornar mediante concurso público.
- d) perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo, ainda que não haja compatibilidade de horários.
- e) perceberá as vantagens de seu cargo, com prejuízo da remuneração do mandato eletivo, se não houver compatibilidade de horários.

Questão 84: CESPE - TJ TRE MT/TRE MT/Administrativa/2015

Acerca da organização político-administrativa e da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Por uma questão de soberania nacional, a CF veda o acesso a cargos, empregos e funções públicas a estrangeiros.
- b) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados e o Distrito Federal, entes autônomos, excluídos os municípios, por não possuírem constituição.
- c) Segundo a CF, lei complementar federal poderá autorizar os estados-membros a legislares em matéria de competência privativa da União.
- d) Os princípios explícitos da administração pública previstos na CF não se aplicam às sociedades de economia mista, em razão da natureza eminentemente empresarial desempenhada por essas entidades.
- e) O indivíduo que tenha exclusivamente ocupado, por mais de dez anos, um cargo em comissão no TRE/MT, caso possua os requisitos de idade e contribuição, tem direito à aposentadoria estatutária.

Questão 85: IBFC - Tec (HMDCC)/HMDCC/Contabilidade/2015

Declara o art. 38 da nossa constituição federal que ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as disposições:

I. Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

II. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

III. Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

Com base nas informações acima, está correto afirmar que:

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I e II estão incorretas.
- c) Apenas a afirmativa III está incorreta.
- d) As afirmativas I, II e III estão incorretas.

Questão 86: IBFC - Tec (HMDCC)/HMDCC/Contabilidade/2015

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime _____ único e, planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações _____.

- a) Jurídico / públicas.
- b) Jurídico / privadas.
- c) Administrativo / privadas.
- d) Econômico / públicas.

Questão 87: IBFC - Tec (HMDCC)/HMDCC/Contabilidade/2015

Leia as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão mensalmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

II. Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com receitas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

III. A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

IV. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Estão incorretas:

- a) Todas as afirmativas.
- b) Apenas as afirmativas I e II.
- c) Apenas as afirmativas II e III.
- d) Apenas as afirmativas III e IV.

Questão 88: IBFC - Ag Seg Soc (SEDS MG)/SEDS MG/2014

Analise os seguintes itens, relativos à disciplina constitucional dos servidores públicos:

I. A Constituição veda qualquer hipótese de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos.

II. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

III. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio de previdência, instituído e organizado pelo respectivo ente federativo.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

Questão 89: FCC - TJ (TRE PB)/TRE PB/Administrativa/2015

Abigail, professora concursada da rede pública de ensino de determinado município, resolve concorrer ao cargo de Vereadora, para o qual culmina por ser eleita.

Em face de tal situação, à luz da disciplina constitucional da matéria, Abigail

- a) poderá acumular o cargo e o mandato eletivo, devendo, no entanto, optar por um dos vencimentos.
- b) somente poderá acumular o cargo e o mandato eletivo, bem como os respectivos vencimentos, se houver compatibilidade de horários.
- c) deverá afastar-se do cargo de professora durante o exercício do mandato, podendo, no entanto, optar por uma das remunerações.
- d) mesmo devendo ser afastada do cargo público de provimento efetivo, terá computado, para todos os efeitos, o tempo em que permaneceu no exercício da vereança.
- e) poderá livremente optar pela acumulação ou não do cargo e do mandato, de tal escolha decorrendo o direito ou não de receber os vencimentos inerentes a ambos.

Questão 90: FUNCAB - Temp NS (MPOG)/MPOG/Atividade Técnica de Complexidade Intelectual/Direito, Administração, Ciências Contábeis ou Economia/2015

A perda de cargo público ocupado por servidor estável, consoante disciplina, conforme a Constituição Federal, em seu art. 41, § 1º, poderá ocorrer mediante:

- a) processo administrativo, dispensando-se a ampla defesa, que é própria dos processos judiciais.

- b) mediante processo de avaliação de desempenho periódica, na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa.
- c) mediante manifestação do superior hierárquico imediato em caso de ineficiência administrativa do servidor, dispensando-se a defesa.
- d) sentença judicial transitada em julgado, desde que não contrarie a decisão final exarada em processo administrativo.
- e) sentença judicial, ainda que pendente de recurso.

Questão 91: FACAPE - Prof Temp (SEDEST)/Pref Petrolina/Direito/2015

Afonso Pena foi admitido em 01 de janeiro de 1981, como professor de matemática da rede pública municipal de Petrolina, sem se submeter a concurso público, laborando em jornada semanal de 20 horas, em curso noturno voltado para adultos. Em 10 de julho de 2012, requereu e obteve aposentadoria por tempo de contribuição junto ao regime previdenciário próprio do Município. Em dezembro de 2010, Afonso concluiu o curso superior de Direito. Em 15 de agosto de 2012, submeteu-se a concurso público e foi aprovado para o cargo de Procurador do Município, tendo tomado posse no mês seguinte. À luz das regras atinentes aos servidores públicos, é CORRETO afirmar que:

- a) Desde que renuncie à aposentadoria, a investidura será regular, pois é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) Não poderia acumular o cargo de procurador com os proventos da aposentadoria, por vedação Constitucional, exceto se fosse exercer função técnica na área da saúde.
- c) Não há qualquer ilicitude, visto que a investidura no cargo de professor é nula, pois não foi procedida de aprovação em concurso público.
- d) Não se configura hipótese de acumulação ilícita, considerando que essa só acontece quando a investidura se dá em cargos públicos de esfera administrativa distinta.
- e) É lícita a acumulação, uma vez que o cargo de procurador é um cargo técnico acumulável na atividade com o de professor.

Questão 92: VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

Nos termos da Constituição Federal de 1988, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público

- a) adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa.
- b) são estáveis após três anos de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de decisão do Tribunal de Contas.

c) adquirem estabilidade após cinco anos de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho, no qual deve ser assegurada a ampla defesa.

d) são estáveis após um ano de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de decisão da Justiça Eleitoral transitada em julgado.

e) são estáveis após três anos de efetivo exercício, todavia podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Questão 93: FCC - AJ TRT9/TRT 9/Apoio Especializado/Tecnologia da Informação/2015

Considere os seguintes itens:

I. Seguro-desemprego.

II. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

III. Remuneração do trabalho noturno superior a do diurno.

IV. Repouso semanal remunerado, preferencialmente os domingos.

Nos termos da Constituição Federal, aos servidores públicos ocupantes de cargo público é assegurado o constante em

a) I, II, III e IV.

b) II, III e IV, apenas.

c) I e II, apenas.

d) III e IV, apenas.

e) II, apenas.

Questão 94: CESPE - AJ (TRE PI)/TRE PI/Administrativa/2016

No que se refere à administração pública e aos servidores públicos, assinale a opção correta.

a) Servidor público afastado do cargo para o exercício de mandato eletivo tem direito à contagem de tempo de serviço para fins de promoção por antiguidade.

b) É vedado o compartilhamento de informações fiscais entre a administração tributária da União e os demais entes da Federação.

c) Se, por meio de decisão judicial, for invalidada demissão de servidor estável, este deverá ser reintegrado no cargo e o eventual ocupante da vaga poderá ser reconduzido ao cargo de origem, mediante indenização.

d) Os estados e o Distrito Federal podem fixar mediante lei ordinária específica subteto salarial estadual e distrital.

e) A absolvição de servidor público em processo criminal afasta a responsabilidade civil do Estado, ainda que não tenha sido reconhecida a culpa exclusiva da vítima.

Questão 95: FUNDEP - Ag SP (Uberada)/Pref Uberaba/Agente Administrativo/2016

Analise as afirmativas a seguir sobre a seção relativa aos servidores públicos no contexto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

II. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; os requisitos para a investidura; e as peculiaridades dos cargos.

III. A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

A partir dessa análise, estão CORRETAS as afirmativas:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III.

Questão 96: VUNESP - Adv(CM Itatiba)/CM Itatiba/2015

Estabelece a Constituição da República que, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele

- a) readmitido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- b) reincorporado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será exonerado, com direito a indenização, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- d) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- e) reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reintegrado ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Questão 97: PRÓ-MUNICÍPIO - PEBTT (IF TM)/IF TM/Ciências Contábeis/2015

A Constituição Federal traz regras a serem observadas para a aposentadoria dos servidores públicos. A respeito de tais regras é correto afirmar:

- a) É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio de previdência social, ainda que tais aposentadorias sejam decorrentes dos cargos acumuláveis, na forma da lei;
- b) Aplica-se o regime próprio de previdência social aos servidores titulares de cargo efetivo, bem como aos ocupantes de emprego público;
- c) O servidor será aposentado, compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade com proventos integrais ao tempo de contribuição, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei ordinária federal;
- d) É assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

Questão 98: FCC - TJ TRT23/TRT 23/Administrativa/2016

Sobre as normas constitucionais que versam sobre os servidores públicos,

- a) o servidor público estável poderá perder o cargo, dentre outras hipóteses, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa.
- b) o servidor público será exonerado do serviço público, mediante pagamento de indenização proporcional ao tempo de serviço prestado, paga em parcela única, se seu cargo for extinto.
- c) a realização de avaliação especial de desempenho é condição facultativa para aquisição da estabilidade por servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo.

d) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, vinculados à Administração Municipal, são estáveis após dois anos de efetivo exercício, nos termos da lei, computando-se como de efetivo exercício o período de licença-gestante.

e) o salário mínimo deve sempre ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público.

Questão 99: ESAF - TA (ANAC)/ANAC/2016

O ocupante de cargo público possui o seguinte direito constitucional, conforme expresso na Constituição Federal:

a) proteção em face da automação, na forma da lei.

b) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

c) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

d) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

e) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos.

Questão 100: ESAF - ERAC (ANAC)/ANAC/Área 1/2016

Em relação aos servidores públicos, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

a) São efetivos, após três anos de exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

b) O servidor demitido que tiver a decisão de sua demissão invalidada judicialmente será reconduzido ao cargo que ocupava.

c) O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão pode optar pelo regime de previdência dos servidores públicos.

d) Aos municípios há vedação constitucional de estabelecerem regime de previdência complementar para seus servidores.

e) É constitucional o cômputo dos tempos de serviço, e não de contribuição federal, estadual e municipal para fins de disponibilidade, sendo lícita, para fins de aposentadoria, a contagem cumulativa dos respectivos tempos de contribuição, e não de serviço.

Questão 101: CESPE - Esp (FUNPRESP)/FUNPRESP/Jurídica/2016

À luz das normas constitucionais e da jurisprudência majoritária e atual do STF concernentes ao Sistema Tributário Nacional, aos servidores públicos, ao controle de constitucionalidade e ao regime de precatórios, julgue o item a seguir.

Até a edição de lei complementar específica, aplicam-se aos servidores públicos federais estatutários as regras do regime geral da previdência social relativas à aposentadoria especial.

Certo

Errado

Questão 102: CESGRANRIO - TRPDACGN (ANP)/ANP/Geral/2016

Um servidor público efetivo da União Federal, tendo assumido o cargo após aprovação em concurso público, em determinado momento, autorizado por lei, passou a ocupar cargo de Deputado Federal após ser eleito.

Nos termos da Constituição Federal, o detentor de mandato eletivo é remunerado pelo regime do

- a) salário mensal
- b) vencimento anual
- c) abono bimensal
- d) subsídio fixado em parcela única
- e) adicional de representação semestral

Questão 103: FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/"Sem Especialidade"/2016

Bruna é servidora pública efetiva do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e pretende se candidatar ao cargo de Vereadora. Neste caso, se eleita, no exercício de mandato eletivo, não havendo compatibilidade de horários, Bruna será

- a) exonerada do cargo exercido no TRT da 14ª Região para poder exercer o cargo de Vereadora, ante a incompatibilidade existente.
- b) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, devendo obrigatoriamente receber a remuneração do cargo efetivo exercido.
- c) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, devendo obrigatoriamente receber a remuneração do cargo de Vereadora.
- d) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- e) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, devendo obrigatoriamente receber 50% da remuneração de cada cargo.

Questão 104: FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/"Sem Especialidade"/2016

Henrique, servidor público efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, pretende se aposentar voluntariamente, uma vez que completou o requisito de idade mínima previsto na Constituição Federal. Neste caso, será necessário ele ter cumprido tempo mínimo de

- a) dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- b) dez anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- c) cinco anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- d) dez anos de efetivo exercício no serviço público apenas, independentemente do tempo exercido no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- e) quinze anos de efetivo exercício no serviço público e três anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Questão 105: FGV - Ana (MPE RJ)/MPE RJ/Administrativa/2016

Odésio, servidor do Ministério Público Estadual, apesar de plenamente realizado em sua profissão, tinha o sonho de ser vereador. Para realizá-lo, filiou-se a um partido político e participou regularmente de inúmeras reuniões. Na eleição, o seu esforço foi compensado e o sonho realizado, sendo eleito vereador do seu Município. Apesar da sua alegria, foi informado por um amigo que, para tomar posse como vereador, teria que pedir exoneração do cargo público que ocupava, informação esta que, no seu entender, não estaria correta. À luz dessa narrativa e da sistemática adotada pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que Odésio, caso não pedisse exoneração do Ministério Público Estadual:

- a) teria que, necessariamente, ser afastado do cargo efetivo assim que tomasse posse como vereador;
- b) poderia tomar posse no cargo de vereador, mas teria que, necessariamente, optar pela remuneração de um dos cargos;
- c) poderia ser empossado vereador e, havendo compatibilidade de horários, receberia ambas as remunerações;
- d) não poderia tomar posse no cargo de vereador, já que vedada a acumulação de cargos;
- e) não poderia tomar posse como vereador, exceto se renunciasse à remuneração do cargo efetivo.

Questão 106: VUNESP - Proc (CM Pradópolis)/CM Pradópolis/2016

Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações,

- a) serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 80 (oitenta) anos de idade, na forma de lei complementar.
- b) que tenham completado as exigências para aposentadoria voluntária e que optem por permanecer em atividade farão jus a um abono de permanência equivalente à metade do valor da sua contribuição previdenciária.

- c) são estáveis após 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- d) depois de estáveis, perderão o cargo exclusivamente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- e) serão submetidos à avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade, como condição para adquirir a estabilidade.

Questão 107: VUNESP - TeCL (CM Pradópolis)/CM Pradópolis/2016

De acordo com a Constituição Federal, analise a afirmativa a seguir e assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

“O tempo de contribuição previdenciária federal, estadual ou municipal será contado para efeito de _____ e o tempo de serviço correspondente para efeito de _____.”

- a) Reversão ... aposentadoria
- b) Aposentadoria ... reversão
- c) Aposentadoria ... disponibilidade
- d) Aposentadoria ... remoção
- e) Disponibilidade ... remoção

Questão 108: CONSULPLAN - NeR (TJ MG)/TJ MG/Provimento/2015

Quanto às normas constitucionais que regem a administração pública, é INCORRETO afirmar:

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são inacessíveis aos estrangeiros.
- b) É garantido ao servidor público civil o direito a livre associação sindical.
- c) Como condição para a aquisição da estabilidade do cargo do servidor público, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- d) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Questão 109: UFMT - CI (PREVICÁCERES)/PREVICÁCERES/2016

Sobre a remuneração dos servidores públicos e as disposições constitucionais a respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará os requisitos para a investidura.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem possuir conselho de política de administração e remuneração de pessoal que é integrado por servidores designados pelo Poder Legislativo.

c) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, vedado apenas o acréscimo de prêmio em seu vencimento.

d) A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira não poderá ser exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedando-se o acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Questão 110: CESPE - Ana (INSS)/INSS/2016

Julgue o item a seguir, que se refere aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF e à administração pública.

Considerando-se a CF, é correto afirmar que, no cálculo do benefício previdenciário de um servidor do INSS que esteja licenciado do cargo para exercer mandato de deputado federal, os valores serão determinados como se ele estivesse no exercício do cargo na referida autarquia.

Certo

Errado

Questão 111: CESPE - Ana (INSS)/INSS/2016

Ana, servidora aposentada por RPPS, recebe R\$ 6.500,00 de aposentadoria.

Bruno, portador de doença incapacitante devidamente comprovada por perícia médica, é pensionista da União e percebe um benefício de R\$ 10.000,00.

Caio aposentou-se recentemente pelo RGPS e recebe o teto do salário-de-benefício.

Com relação a essas situações hipotéticas, e considerando que o teto do salário-de-benefício corresponda a R\$ 5.189,82, julgue o item que se segue com base na CF.

Bruno não precisa contribuir com a previdência, pois portadores de doença incapacitante comprovada por perícia médica contribuem apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

Certo

Errado

Questão 112: CESPE - Ana (INSS)/INSS/2016

Ana, servidora aposentada por RPPS, recebe R\$ 6.500,00 de aposentadoria.

Bruno, portador de doença incapacitante devidamente comprovada por perícia médica, é pensionista da União e percebe um benefício de R\$ 10.000,00.

Caio aposentou-se recentemente pelo RGPS e recebe o teto do salário-de-benefício.

Com relação a essas situações hipotéticas, e considerando que o teto do salário-de-benefício corresponda a R\$ 5.189,82, julgue o item que se segue com base na CF.

De acordo com a CF, incide contribuição previdenciária de 11% sobre o valor total da aposentadoria de Ana, pois seus proventos superam o teto do salário-de-benefício.

Certo

Errado

Questão 113: IBFC - GCT (FJP)/FJP/Nível II/Administração/2014

Uma expressiva e importante medida, resultante do amplo processo de reforma administrativa ocorrido em 1998, no âmbito da Constituição Federal da República, foi aquela que:

- a) criou a possibilidade do servidor público estável perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho, regulamentado por lei complementar, assegurada ampla defesa.
- b) fez com que o servidor público não estável, cujo cargo tenha sido extinto ou declarada a sua desnecessidade, passasse a ficar em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) fez com que o servidor público estável passasse a ter o direito à reintegração, uma vez invalidada por sentença judicial sua demissão, impondo ao eventual ocupante da vaga, ainda que não estável, a recondução ao cargo de origem, com direito à indenização.
- d) criou a possibilidade do agente público vitalício perder o cargo em virtude de processo administrativo de improbidade, observado o devido processo legal e a ampla defesa.
- e) criou a possibilidade do servidor público em estágio probatório pudesse ser exonerado sem prévio processo administrativo, desde que comprovado o cometimento de falta grave através da verdade sabida ou por meio do fato notório.

Questão 114: IBFC - GCT (FJP)/FJP/Nível II/Administração/2014

De acordo com expressa disposição contida na Constituição da República Federativa do Brasil, o servidor público estável poderá perder o cargo:

- a) em virtude de transgressão disciplinar apurada mediante o princípio da verdade sabida.
- b) mediante procedimento disciplinar sumário de natureza inquisitorial.
- c) através de confissão do cometimento de infração disciplinar grave deduzida espontaneamente pelo servidor público diante da Administração Pública.
- d) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- e) em virtude de denúncia anônima que aponte a responsabilidade disciplinar do referido servidor.

Questão 115: IBFC - Med ASS (IPSEMG)/IPSEMG/Cirurgia cabeça - pescoço/2014

A Constituição da República Federativa do Brasil traz dispositivos que visam conferir certos direitos e regular o regime jurídico dos servidores públicos. Indique a alternativa que traz uma afirmação expressamente prevista pelo texto constitucional:

- a) Aos servidores ocupantes de cargos públicos também se aplicam os direitos previstos no art. 7º, da Constituição da República, o qual prevê os direitos constitucionalmente garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais.
- b) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para qualquer cargo da administração pública.
- c) O servidor público estável apenas poderá perder seu cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Questão 116: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"B"/2016

Artaxerxes é detentor de um cargo público de natureza técnica na Administração Direta e foi aprovado no concurso público de professor em universidade pública.

Nessa hipótese, segundo o que estabelece o texto constitucional a respeito da vedação ao acúmulo de cargos públicos, é correto afirmar que Artaxerxes

- a) não poderá assumir o cargo de professor universitário, a não ser que peça exoneração do cargo técnico.
- b) poderá assumir o cargo de professor universitário, acumuladamente com o cargo técnico, independentemente de qualquer condição, pois a Constituição não faz restrição nesse caso.
- c) não poderá assumir o cargo de professor universitário, visto que essa situação se constituiria em violação ao referido princípio constitucional.

d) poderá assumir o cargo de professor universitário, acumuladamente com o cargo técnico, se houver compatibilidade de horários.

e) não poderá assumir o cargo de professor, tendo em vista que se trata de cargo em universidade, somente sendo permitida a acumulação para cargos de professor dos ensinos fundamental e médio.

Questão 117: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"B"/2016

Na hipótese de um servidor público efetivo da Administração Pública vir a ser eleito para mandato de deputado estadual, a Constituição Federal estabelece que ele

- a) deverá ser demitido do seu cargo efetivo.
- b) poderá acumular o cargo com o mandato, desde que haja compatibilidade de horários.
- c) deverá pedir exoneração do cargo.
- d) ficará afastado do seu cargo.
- e) poderá acumular o cargo com o mandato, desde que haja autorização da autoridade competente.

Questão 118: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"B"/2016

A Constituição Federal assegura aos servidores ocupantes de cargo público, dentre outros, o seguinte direito aplicável aos demais trabalhadores:

- a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória.
- b) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- c) fundo de garantia do tempo de serviço.
- d) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- e) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

Questão 119: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"B"/2016

Nos termos da Carta Magna brasileira, é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime próprio de aposentadoria, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, dentre outros, o caso de servidor

- a) ocupante de cargo de professor universitário.
- b) detentor de emprego público na administração indireta.

- c) portador de deficiência.
- d) ocupante de cargo de confiança de livre nomeação e exoneração.
- e) menor de idade.

Questão 120: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"B"/2016

O texto constitucional estabelece que são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Não obstante, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável

- a) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- b) será exonerado, com direito à indenização proporcional ao tempo de serviço público.
- c) será demitido, com direito à indenização proporcional ao tempo de serviço público.
- d) será demitido, sem direito à indenização, devendo receber apenas as verbas rescisórias proporcionais ao tempo de serviço público.
- e) será transferido imediatamente para outro cargo equivalente na Administração Pública, com direito às verbas rescisórias devidas até o momento da efetivação da transferência.

Questão 121: Com. Exam. (MPE RS) - Tec Info (MPE RS)/MPE RS/Apoio ao Usuário/2015

Em atenção ao que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos servidores públicos, assinale V (verdadeiro) ou F (falso).

- () A vedação de percepção de mais de uma aposentadoria por parte do servidor público não admite exceções.
- () Não há distinção na contagem do tempo de contribuição entre os servidores públicos em geral e os professores que tenham exercido função de magistério no ensino médio em escola pública.
- () Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se o regime geral de previdência social.
- () São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – F – F – F.
- b) F – V – V – F.
- c) V – V – F – V.
- d) V – F – F – V.
- e) F – F – V – V.

Questão 122: Com. Exam. (MPE RS) - Tec Info (MPE RS)/MPE RS/Equipamentos/2015

Em atenção ao que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos servidores públicos, é correto afirmar que

- a) os proventos percebidos em razão de aposentadoria por invalidez permanente serão sempre proporcionais ao tempo de contribuição.
- b) a vedação de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos não admite exceção.
- c) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais percebem vencimentos mensais.
- d) o servidor será aposentado compulsoriamente aos sessenta e cinco anos de idade.
- e) o servidor público pode ser aposentado compulsoriamente, voluntariamente ou por invalidez.

Questão 123: Com. Exam. (MPE RS) - Med (MPE RS)/MPE RS/Clínico-Geral/2014

Considere as seguintes afirmações em relação aos servidores públicos.

I. Uma das formas da perda do cargo de servidor público estável decorre de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

II. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com a remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

III. Como condição da estabilidade do servidor público, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Quais estão corretas, de acordo com a Constituição Federal?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

Questão 124: CONSULPLAN - Enf (Cascavel)/Pref Cascavel/2016

A Constituição Federal estabelece critérios para a fixação dos padrões de vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, dentre os quais NÃO se inclui:

- a) Idade do servidor público.
- b) Natureza do cargo público.
- c) Requisitos para a investidura.
- d) Peculiaridades do cargo público.
- e) Grau de complexidade da função

Questão 125: CONSULPLAN - Farm (Cascavel)/Pref Cascavel/2016

A Constituição Federal estabelece critérios para a decretação da perda do cargo efetivo de servidores estáveis, dentre os quais se inclui:

- a) Decisão judicial recorrível.
- b) Processo administrativo sigiloso.
- c) Avaliação provisória de desempenho.
- d) Sentença judicial transitada em julgado.
- e) Avaliação especial ao final de dois anos de exercício.

Questão 126: Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

Em relação à jurisprudência do STF sobre direito previdenciário, assinale a alternativa correta:

I - O Supremo Tribunal Federal reafirmou em sede de julgamento de recurso extraordinário, em que reconhecida repercussão geral da matéria, ser devida a conversão de férias não gozadas, bem como de outros direitos de natureza remuneratória, em indenização pecuniária, por aqueles servidores que não mais podem delas usufruir, seja por conta do rompimento do vínculo com a Administração, seja pela inatividade, em virtude da vedação ao enriquecimento sem causa da Administração;

II – O Supremo Tribunal Federal assentou entendimento em sede de exame de recurso extraordinário, em que reconhecida repercussão geral da matéria, no sentido de que há direito adquirido do servidor inativo, aposentado na última classe da carreira funcional a que pertence, a ser mantido sempre na última classe, mesmo em caso de superveniente reestruturação da carreira;

III - Conforme as Súmulas 346 e 473 da Suprema Corte, em consequência direta do princípio constitucional da legalidade da Administração (CF, art. 37), é permitido à Administração Pública anular seus próprios atos ou revogá-los, resguardados os direitos adquiridos;

IV - Sob o fundamento de isonomia, é permitido ao Poder Judiciário aumentar vencimentos e, nesses compreendidos, também os proventos, de servidores públicos.

- a) Todas as assertivas são verdadeiras;
- b) Somente as assertivas I, II e IV são verdadeiras;
- c) Somente a assertiva II é verdadeira;
- d) Todas as assertivas são incorretas;
- e) Somente as assertivas II e IV são incorretas.

Questão 127: Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

Considerando as normas constitucionais e infraconstitucionais vigentes sobre o regime previdenciário dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Com a publicação da Emenda Constitucional n. 20/98, é possível a contagem de tempo ficto para fins de aposentadoria, desde que haja expressa previsão legal;
- b) A acumulação de proventos e vencimentos apenas é permitida quando se tratar de cargos, funções ou empregos acumuláveis na atividade, na forma permitida na Constituição Federal;

c) aplica-se o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal à soma total dos proventos de inatividade, salvo quando sejam decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos permitidos pela Lei Fundamental;

d) é facultado aos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal a concessão de benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social;

e) a percepção do abono de permanência no serviço público decorre da conjugação de dois critérios: que o servidor público tenha completado as exigências necessárias à aposentadoria voluntária, por idade e tenha manifestado opção expressa para permanecer em atividade.

Questão 128: CESPE - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Educacional/2016

No que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais e a servidores públicos, julgue o item que se segue conforme as disposições constantes da Constituição Federal de 1988 (CF).

O servidor estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial condenatória transitada em julgado e mediante processo administrativo no qual lhe seja assegurada a ampla defesa.

Certo

Errado

Questão 129: CESPE - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Administrativa/Administração/2016

Com relação às competências do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue o item que se segue.

O Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento de que a competência para julgar ações oriundas da relação de trabalho entre servidores e administração pública é da justiça federal, independentemente de serem servidores estatutários ou celetistas.

Certo

Errado

Questão 130: CESPE - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Administrativa/Gestão de Pessoas/2016

Considerando as regras constitucionais nacionais e os regimes jurídicos dos servidores públicos civis, julgue o item a seguir.

De acordo com a legislação federal, mediante emenda constitucional, a aposentadoria compulsória do servidor ocorrerá aos setenta anos de idade, com percepção integral dos proventos da atividade, independentemente do tempo de contribuição.

Certo

Errado

Questão 131: CESPE - Aux Tec CE (TCE-PA)/TCE-PA/Administrativa/2016

Com relação à Constituição Federal de 1988 (CF), sua classificação e dispositivos, julgue o item a seguir.

Professor da Universidade Federal do Pará que pretender se aposentar poderá reduzir para cinquenta e cinco anos a idade mínima e para trinta anos o seu tempo de contribuição, se comprovar tempo de serviço exclusivo na função de magistério no ensino superior.

Certo

Errado

Questão 132: Instituto AOCB - Ana Leg (CM RB)/CM RB/Administração/2016

Assinale a alternativa que apresenta condições para a estabilidade dos servidores públicos conforme o artigo 41 da Constituição da República Federativa do Brasil.

- a) Três anos de efetivo exercício no cargo e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, por parte de seus pares.
- b) Três anos de efetivo e idôneo desempenho em cargo nomeado ou de provimento por concurso público e sentença judicial de estabilidade declarada e cumprida integralmente.
- c) Três anos de efetivo exercício no cargo e acompanhamento contínuo de seu desempenho por avaliação confidencial realizada por servidores de carreira e concursados.
- d) Três anos de efetivo, ininterrupto e contínuo exercício em cargo obtido através de concurso público lícito e avaliação de desempenho realizado por superiores hierárquicos.
- e) Três anos de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Questão 133: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2015

A divulgação, nos sites dos respectivos órgãos administrativos, de nomes e vencimentos de servidores públicos, observado o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 652.777, é medida que

- a) deve ser vedada, como regra geral, atendendo apenas a eventual requisição ou consulta justificada, porque a Lei Federal no 12.527/11 (acesso à informação) não impõe ou disciplina aquela divulgação.
- b) deve ser reconhecida como legítima diante dos princípios constitucionais que regulam a atividade pública e da Lei federal no 12.527/11.
- c) deve ser limitada à indicação da remuneração genérica dos cargos, sem identificação pessoal dos servidores, em respeito à inviolabilidade da intimidade e da vida privada dos servidores.
- d) deve ser autorizada em relação aos denominados agentes políticos, ocupante de cargos eletivos, para conhecimento da população.

Questão 134: FUNCAB - AP (SEJAP MA)/SEJAP/2016

João é servidor público e seu advogado lhe informou que o artigo 39, parágrafo terceiro da CRFB/88, assegura aos servidores ocupantes de cargos públicos alguns dos direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais, previstos no artigo 7º e seus incisos da CRFB/88, dentre eles:

- a) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- b) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- c) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- d) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- e) fundo de garantia do tempo de serviço.

Questão 135: FGV - Proc (Paulínia)/Pref Paulínia/2016

Movido pelo propósito de reestruturar os cargos de provimento efetivo do Município, o Prefeito Municipal solicitou que sua Procuradoria emitisse pronunciamento a respeito de duas medidas que pretendia adotar.

De acordo com a primeira medida, determinada carreira, que exigia nível superior para o provimento dos cargos efetivos, seria extinta e os respectivos servidores alocados em outra carreira que também exigia o nível superior. A segunda, por sua vez, iria permitir a promoção funcional dos servidores dentro da mesma carreira, de modo que pudessem ocupar outros cargos efetivos, situados em classe mais elevada, uma vez preenchidos os requisitos previstos em lei.

Assinale a opção que se harmoniza com a ordem constitucional.

- a) As duas medidas somente serão constitucionais caso haja prévia aquiescência dos servidores envolvidos na mudança, respectivamente, de classe ou de carreira.

- b) Somente a primeira medida mostra-se inconstitucional, por afrontar a exigência, prevista na Constituição da República, de prévia aprovação em concurso público para o preenchimento dos cargos de provimento efetivo.
- c) As duas medidas mostram-se inconstitucionais, por afrontarem a exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público para o preenchimento dos cargos de provimento efetivo.
- d) Somente a segunda medida mostra-se inconstitucional, por afrontar a exigência, prevista na ordem constitucional, de prévia aprovação em concurso público para o preenchimento dos cargos de provimento efetivo.
- e) As duas medidas mostram-se constitucionais, por não afrontarem a exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público para o preenchimento dos cargos de provimento efetivo.

Questão 136: VUNESP - Sold (PM SP)/PM SP/2ª Classe/2015

Prevê a Constituição Federal que aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição

- a) dos servidores ativos e inativos civis e dos pensionistas civis.
- b) do respectivo ente público e dos servidores ativos, exclusivamente.
- c) do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.
- d) da União e dos servidores públicos ativos e inativos.
- e) do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas e 1% (um por cento) das receitas de concursos de prognósticos do ente federativo.

Questão 137: VUNESP - Ag (IPSMI)/IPSMI/Previdenciário/2016

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos do regime previdenciário dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- a) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal não será contado para efeito de aposentadoria, nem o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- b) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- c) A lei poderá estabelecer formas de contagem de tempo de contribuição fictício para servidores portadores de deficiência e que exerçam atividades de risco.
- d) É permitida a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência para aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição e para portadores de deficiência.
- e) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime público próprio de previdência.

Questão 138: FCC - AFRM (Teresina)/Pref Teresina/2016

Considerando as regras constitucionais vigentes a respeito da aposentadoria de servidores públicos civis, e excluídos os regimes jurídicos transitórios aplicáveis à matéria, considere:

I. Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado de livre provimento e exoneração, bem como de emprego público, aplica-se o regime geral da previdência social.

II. Considerando a autonomia dos entes federativos, cabe a cada um deles dispor sobre o regime jurídico de previdência oficial de seus servidores, não lhes sendo aplicáveis os requisitos e critérios estabelecidos para o regime geral da previdência social.

III. Por força do princípio da igualdade, o aumento de remuneração concedido a servidores públicos ativos deve repercutir imediatamente no valor pago a título de aposentadoria para os servidores públicos inativos da mesma carreira, respeitado o limite máximo de remuneração aplicável à categoria.

IV. Professora universitária da rede pública pode aposentar-se com proventos integrais caso tenha cumprido 50 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

Questão 139: IBFC - Ana Leg (CM Franca)/CM Franca/2016

Com base nas normas da Constituição Federal sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta quanto ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo

- a) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração.
- b) Investido no mandato de Verador, havendo ou não compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- c) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.
- d) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Questão 140: IBFC - Ana Leg (CM Franca)/CM Franca/2016

Considere as normas da Constituição Federal sobre a Administração Pública e assinale a alternativa correta.

- a) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos não constituindo a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.
- b) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.
- c) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, vedada a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- d) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, não constituindo a participação na carreira, vedada a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

Questão 141: IBFC - Ana Leg (CM Franca)/CM Franca/2016

Considerando as normas da Constituição Federal sobre o regime de previdência dos servidores públicos assinale a alternativa correta.

- a) O servidor será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- b) O servidor será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos (setenta cinco) anos de idade, na forma de lei ordinária.
- c) O servidor será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, na forma de lei ordinária.
- d) O servidor será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

Questão 142: Com. Exam. (TRT 2) - JT TRT2/TRT 2/2016

É INCORRETO dizer que o servidor público estável perderá o cargo:

- a) Por extinção ou por declarada a desnecessidade do cargo por sentença transitada em julgado.
- b) Por processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) Por procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da Lei, assegurada ampla defesa.
- d) Por excesso de despesa com pessoal.
- e) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Questão 143: VUNESP - Alun Of (PM SP)/PM SP/2015

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê, acerca dos servidores públicos, que

- a) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- b) a remuneração dos servidores públicos, organizados em carreira, não poderá ser efetuada exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- c) em caso de invalidez permanente, decorrente de acidente em serviço, os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) se aplicam aos servidores ocupantes de cargo público, dentre outros, o direito ao décimo-terceiro salário e à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- e) o procedimento de avaliação periódica de desempenho influenciará o cálculo de vantagens pecuniárias, mas não determinará a perda do cargo de servidor efetivo.

Questão 144: FUNRIO - Proc (CM NI)/CM Nova Iguaçu/2016

De acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, a respeito do regime jurídico dos servidores públicos, pode-se afirmar que

- a) se considera constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- b) se consideram inconstitucionais todas as modalidades de provimento que propiciem ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual foi anteriormente investido.

c) o direito ao auxílio-alimentação se estende também aos servidores inativos, com base na equiparação constitucional entre ativos e inativos.

d) o Poder Judiciário pode determinar o aumento dos vencimentos de servidores públicos com base no princípio da isonomia.

Questão 145: FCC - TNS (ARSETE)/Pref Teresina/Advogado/2016

Servidor ocupante de cargo de provimento efetivo em autarquia municipal pretende concorrer a mandato de Deputado Estadual. Nessa hipótese, nos termos estabelecidos pela Constituição da República,

a) perderá seu cargo, ao candidatar-se.

b) ficará afastado de seu cargo, durante o exercício do mandato, mas seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

c) se eleito e investido no mandato, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.

d) se eleito e investido no mandato, perderá seu cargo.

e) perceberá as vantagens de seu cargo, durante o exercício do mandato, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.

Questão 146: FCC - Assis Leg (ALMS)/ALMS/2016

Nos termos da Constituição Federal, podem ser categorizados como servidores públicos

a) os titulares de cargo, emprego ou função junto à Administração direta e indireta do estado, desde que admitidos por concurso público ou processo de seleção.

b) os titulares de cargo, emprego ou função junto à Administração direta, autárquica e fundacional do Estado.

c) os empregados públicos contratados por pessoa jurídica de direito público ou privado integrante da Administração pública indireta do Estado, sejam elas exploradoras de serviço público ou de atividade econômica.

d) os titulares de cargo ou função junto à Administração direta, excluindo os empregados públicos e os titulares de função junto à Administração indireta.

e) todos os agentes em colaboração com a Administração pública, inclusive os contratados para prestação de serviços, desde que a contratação se dê por meio de procedimento licitatório.

Questão 147: FCC - ATA (SEMF Teresina)/Pref Teresina/Técnico do Tesouro Municipal/2016

Sobre a estabilidade dos servidores públicos, é correto afirmar que

a) o servidor público estável não perderá o cargo em nenhuma hipótese.

- b) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- c) a perda de cargo de servidor público estável somente ocorrerá na hipótese de sentença judicial transitada em julgado.
- d) pelo processo administrativo sumário, baseada no princípio da verdade sabida, poderá se dar a perda de cargo de servidor público estável.
- e) a aquisição da estabilidade prescinde a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Questão 148: FCC - TNS (PGM Teresina)/Pref Teresina/Analista Administrativo/2016

Sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis dos Municípios, de acordo com a Constituição Federal,

- a) não são aplicáveis aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, da Constituição (direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais), como regra geral.
- b) não poderá ser instituído conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes municipais.
- c) a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório são de livre discricionariedade da administração devendo observar requisitos expressos na Constituição.
- d) o sistema constitucional de remuneração exclusiva por subsídio fixado em parcela única não se aplica no âmbito municipal.
- e) no âmbito municipal não poderá ser estabelecida relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.

Questão 149: FCC - TNS (PGM Teresina)/Pref Teresina/Contador/2016

Márcio, servidor público estável do Estado do Piauí, foi demitido. Com a demissão de Márcio, Paulo, também servidor público estável, foi nomeado para ocupar o cargo público de Márcio. Porém, Márcio ingressou com ação judicial em razão de sua demissão, pois a considerava ilegal e arbitrária. A sentença, transitada em julgado, julgou procedente a demanda, invalidando, dessa forma, a demissão de Márcio.

Considerando a situação de Márcio e Paulo à luz da Constituição Federal,

- a) Márcio poderá ser aproveitado em outro cargo desde que sua remuneração permaneça a mesma.
- b) Paulo poderá ser posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) Paulo poderá ser reconduzido ao cargo de origem desde que receba indenização.

- d) Márcio poderá ser posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- e) Paulo poderá ser aproveitado em outro cargo desde que receba indenização.

Questão 150: CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

O servidor público estável perderá o cargo

- a) após procedimento de avaliação periódica de desempenho, que prescinde da ampla defesa e do contraditório.
- b) em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- c) após decisão judicial de primeira instância da qual caiba recurso.
- d) após decisão judicial de segunda instância da qual caiba recurso.
- e) mediante processo administrativo, que prescinde da ampla defesa e do contraditório.

Questão 151: FUNDATEC - Proc Mun (Pref POA)/Pref POA/2016

Para responder à questão, considere a Constituição Federal e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF.

Consoante orientação, analise as assertivas abaixo:

- I. O STF, em sede de repercussão geral, definiu que cabe indenização a servidor empossado por decisão judicial, sob argumento de que houve demora na nomeação.
- II. O Plenário do STF, em sede de repercussão geral, definiu que leis que tratam de vedação ao nepotismo são de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo.
- III. O Plenário do STF decidiu, em sede de repercussão geral, que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não recolhe o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre seus imóveis, uma vez que eles estão abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.

- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

Questão 152: IDECAN - Proc (CM Aracruz)/CM Aracruz/2016

Conforme dispõe a Constituição Federal, relativamente à aposentadoria dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo de professor do ensino infantil, em exercício de função de magistério, marque a hipótese em que as condições mínimas de aposentação estão corretamente indicadas.

- a) Professor, 5 anos de serviço público, 5 anos de cargo efetivo, 30 anos de magistério e 60 anos de idade.
- b) Professora, 5 anos de serviço público, 5 anos de cargo efetivo, 25 anos de magistério e 50 anos de idade.
- c) Professor, 10 anos de serviço público, 5 anos de cargo efetivo, 30 anos de magistério e 55 anos de idade.
- d) Professora, 10 anos de serviço público, 5 anos de cargo efetivo, 25 anos de magistério e 55 anos de idade.

Questão 153: CONSULTEC - TJ (TRE SC)/TRE SC/Administrativa/2014

Em relação às normas da Constituição brasileira sobre os Servidores Públicos, é improcedente afirmar:

- a) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- b) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.
- c) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, quando houver sido editada lei de majoração, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- d) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto no artigo 40 da Constituição.
- e) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Questão 154: VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis, é correto afirmar que

- a) é vedada, em qualquer hipótese, a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio de previdência.
- b) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- d) o tempo de serviço será contado para efeito de aposentadoria.
- e) cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos quando observada ofensa ao princípio da isonomia.

Questão 155: CONSULTEC - Tec (Ilhéus)/Pref Ilhéus/Auxiliar de Saude Bucal/2016

Quanto a direitos e deveres do servidor, com base na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- a) O reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real depende da disponibilidade orçamentária de cada poder.
- b) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na área de saúde, é vedada a percepção de mais de duas aposentadorias à conta do regime de previdência.
- c) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria, excetuando-se o tempo de serviço correspondente à disponibilidade, quando for o caso.
- d) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis de professor e técnico, é vedada a percepção de mais de duas aposentadorias à conta do regime de previdência.
- e) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

Questão 156: FCC - Tec (PGE MT)/PGE MT/Técnico Administrativo/2016

A estabilidade é um direito dos servidores públicos garantido na Constituição Federal. O objetivo é evitar que sejam demitidos sempre que um novo governante é eleito, protegê-los de represálias em casos que afetem interesses e garantir que a máquina do Estado funcione de maneira constante. Os servidores que já adquiriram estabilidade,

- a) podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

- b) podem perder o cargo em virtude de sentença judicial de primeira instância, dependendo da gravidade da infração cometida.
- c) podem perder o cargo mediante processo administrativo com ou sem apresentação de defesa.
- d) podem perder o cargo mediante procedimento de avaliação de desempenho, a critério da chefia imediata.
- e) não podem perder o cargo.

Questão 157: FCC - AJ TRT20/TRT 20/Judiciária/"Sem Especialidade"/2016

Feliciano é servidor público federal do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. Nestas últimas eleições municipais, Feliciano foi eleito vereador da cidade X. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, considerando que há compatibilidade de horário entre os dois cargos, Feliciano

- a) não será afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, mas deverá optar em receber apenas uma das duas remunerações.
- b) será obrigatoriamente afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e receberá a remuneração do cargo de eleição.
- c) será obrigatoriamente afastado do cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região sendo-lhe, facultado optar pela sua remuneração.
- d) não será afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- e) não será afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, mas deverá obrigatoriamente receber a remuneração do cargo eletivo.

Questão 158: FCC - TJ TRT20/TRT 20/Administrativa/2016

Considere

I. Ministro de Estado.

II. Secretário Estadual.

III. Vereador.

IV. Prefeito.

De acordo com a Constituição Federal, serão remunerados, exclusivamente, por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecidas as normas constitucionais pertinentes, os cargos indicados em

- a) II, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I e II, apenas.

Questão 159: COMPERVE (UFRN) - GLM (CM Natal)/CM Natal/2016

A Constituição Federal de 1988, ao tratar do tema dos servidores públicos, em inúmeras de suas passagens cuidou de lhes direcionar direitos, deveres e limites de atuação. Nesse sentido, a Constituição determinou, em seu art. 38, que o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, uma vez investido em mandato eletivo, deverá

- a) permanecer no cargo, emprego ou função que ocupa, podendo acumular a remuneração atinente ao seu ofício com a remuneração recebida por ocupar o cargo de Prefeito.
- b) se afastar de seu cargo, emprego ou função quando estiver ocupando o mandato eletivo em nível federal, estadual ou distrital.
- c) permanecer em seu cargo, emprego ou função quando estiver ocupando mandato eletivo em nível federal, estadual ou distrital.
- d) se afastar de seu cargo, emprego ou função, podendo acumular a remuneração atinente ao seu ofício com a remuneração recebida por ocupar o cargo de Prefeito.

Questão 160: VUNESP - ETJ (TJM SP)/TJM SP/2017

O servidor público estável só perderá o cargo:

- a) se preso em flagrante por crime inafiançável.
- b) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) no caso de extinção do cargo.
- d) quando posto em disponibilidade há mais de cinco anos.
- e) mediante procedimento de avaliação mensal de desempenho.

Questão 161: VUNESP - Proc (CM M Cruzes)/CM Mogi Cruzes/2017

Roberto é servidor público de determinada autarquia e foi eleito para o mandato de Prefeito. Segundo a Constituição Federal, Roberto, ao ser investido no mandato de Prefeito,

- a) perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, devendo receber a remuneração do cargo eletivo.
- c) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, sendo que, para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- d) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, e seu tempo de serviço será contado apenas para fins de aposentadoria.
- e) deverá ser exonerado do cargo que ocupa na autarquia.

Questão 162: FCC - TJ TRT11/TRT 11/Administrativa/2017

Sérgio é servidor público da Administração direta e candidatar-se-á, nas próximas eleições municipais, para o cargo de Prefeito. Investido no mandato de Prefeito, Sérgio

- a) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- b) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, havendo compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, não poderá perceber sua remuneração.
- c) não será afastado do seu cargo, emprego ou função, mas não receberá sua remuneração, sendo que seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- d) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- e) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço não será contado durante o período do afastamento para nenhum efeito.

Questão 163: VUNESP - Proc Jur (CM Poá)/CM Poá (SP)/2016

Assinale a afirmação correta.

- a) O servidor público estável somente perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou sentença judicial transitada em julgado.
- b) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, caso não seja possível o aproveitamento do servidor público estável, ele poderá ser exonerado.

c) O Presidente, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais são remunerados exclusivamente por subsídio, permitido o acréscimo excepcional de adicionais, sendo, porém, vedada a inclusão de gratificações e abonos.

d) Em relação aos servidores titulares de cargos efetivos dos municípios, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário e o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

e) O servidor público que alcançar os requisitos para aposentaria voluntária, mas optar por continuar em atividade, receberá abono de permanência equivalente a um terço de seus proventos.

Questão 164: VUNESP - Tec Leg (CM Poá)/CM Poá (SP)/2016

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o previsto na Constituição Federal a respeito da Administração Pública.

a) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

b) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência, todos previstos expressamente na Constituição Federal.

c) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou verba indenizatória.

d) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos, excluídos os pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

e) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Questão 165: FUNDEP - Fisc (CRO MG)/CRO MG/2016

Em razão da natureza do regime jurídico a que se submetem os servidores públicos ocupantes de cargos públicos e em decorrência de previsão constitucional, não se estende a esses servidores o seguinte direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.

b) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

- c) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal.
- d) Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias nos termos da lei.

Questão 166: FGV - Esp Leg NS (ALERJ)/ALERJ/Qualquer Nível Superior/2017

Irineu, professor estadual, tomou posse no cargo de deputado estadual. No mesmo dia, foi informado que o seu regime estipendial seria alterado.

À luz dessa narrativa e dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que Irineu:

- a) até a posse, recebia subsídio, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação;
- b) após a posse, passou a receber remuneração, sendo permitido o recebimento de verba de representação;
- c) até a posse, recebia remuneração, sendo permitido o recebimento de adicional;
- d) após a posse, passou a receber subsídio, vedada a percepção de qualquer verba indenizatória;
- e) após a posse, poderia receber conjuntamente o subsídio e a remuneração, desde que observado o teto remuneratório.

Questão 167: FCC - AJ TRE SP/TRE SP/Judiciária/2017

Dois servidores públicos titulares de cargos efetivos de médico foram eleitos Deputado Federal e Deputado Estadual. Nas eleições municipais, foram eleitos Prefeito e Vereador servidores públicos titulares de cargos efetivos de professor universitário. No exercício dos respectivos mandatos,

- a) todos devem exonerar-se dos respectivos cargos públicos, sob pena de perderem o mandato por decisão proferida pelas respectivas Casas Legislativas e, no caso do Prefeito, por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça.
- b) todos devem ser afastados dos respectivos cargos públicos, sendo que seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento, enquanto durar o mandato.
- c) os Deputados devem ser afastados dos cargos de médico, ao passo que o Prefeito e o Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberão as vantagens de seu cargo público efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, serão afastados do cargo público efetivo, podendo optar pela sua remuneração.
- d) o Prefeito deve ser afastado do cargo público efetivo enquanto durar o mandato, mas os Deputados e o Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberão as vantagens de seu cargo público efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, serão afastados do cargo público efetivo, podendo optar pela sua remuneração.

e) os Deputados e o Prefeito devem ser afastados do cargo público efetivo, mas o Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo público efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo público efetivo, podendo optar pela sua remuneração.

Questão 168: FCC - AJ TRE SP/TRE SP/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

Ao disciplinar o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, a Constituição da República

a) estabelece a obrigatoriedade de os servidores se aposentarem, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, na forma de lei complementar.

b) admite a adoção de requisitos e critérios diferenciados para os casos de servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, devendo ser aplicadas, no que couber, as regras do regime geral sobre aposentadoria especial, até a edição de lei complementar específica.

c) veda a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência em questão, ainda que decorrentes do exercício de cargos passíveis de acumulação, como dois de professor ou dois privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

d) prevê que a concessão do benefício de pensão por morte, regulamentado por lei complementar, será igual ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral, caso em atividade na data do óbito.

e) autoriza a instituição, por lei de iniciativa do Poder Legislativo da esfera correspondente, de regime de previdência complementar para os servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo fixar, para valor das aposentadorias e pensões, nesse caso, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral.

Questão 169: FCC - TJ TRE SP/TRE SP/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

Brasileiro naturalizado, com 25 anos de idade, pela segunda vez consecutiva no exercício do mandato de Vereador, filho do Governador do Estado em que possui domicílio eleitoral, poderá, à luz da Constituição Federal, candidatar-se, na esfera

a) municipal, à reeleição para Vereador, apenas, sem precisar para tanto renunciar ao respectivo mandato.

b) municipal, a Prefeito, apenas, desde que renuncie ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

c) municipal, à reeleição para Vereador ou a Prefeito, devendo, neste último caso, renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

d) estadual, a Deputado Estadual, mas não a Governador do Estado, estando ainda impossibilitado de concorrer a mandatos na esfera municipal.

e) estadual, a Governador do Estado, mas não a Deputado Estadual, estando ainda impossibilitado de concorrer a mandatos na esfera municipal.

Questão 170: FCC - TJ TRE SP/TRE SP/Apoio Especializado/Programação de Sistemas/2017

Atenção: A questão, refere-se ao conteúdo de Noções de Direito Constitucional.

A legislação previdenciária, ao dispor sobre a aposentadoria de servidores públicos civis titulares de cargos públicos efetivos, deve observar, dentre outras normas constitucionais, aquela segundo a qual

- a) a aposentadoria por invalidez permanente dar-se-á com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
- b) o servidor não poderá aposentar-se com idade inferior a sessenta e cinco anos, se homem, e sessenta anos, se mulher, salvo no caso de aposentadoria por invalidez.
- c) é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência oficial, ainda que sejam decorrentes de cargos públicos acumuláveis na forma da Constituição.
- d) o servidor deve ser compulsoriamente aposentado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade, ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.
- e) os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, nos casos previstos em lei.

Questão 171: CESPE - AJ (TRE PE)/TRE PE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

De acordo com a CF, na fixação do vencimento e da remuneração dos servidores públicos, deve-se observar

- a) se o ocupante do cargo é afrodescendente.
- b) a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- c) se o ocupante do cargo é portador de deficiência.
- d) se o cargo é destinado a hipossuficiente.
- e) se o cargo é destinado a indígena.

Questão 172: CESPE - AJ (TRE PE)/TRE PE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

Os servidores abrangidos pelo regime da previdência

- a) poderão se aposentar voluntariamente, desde que cumpridos tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- b) serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta e dois anos de idade.

c) serão aposentados por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, caso a invalidez decorra de acidente em serviço.

d) poderão se aposentar voluntariamente, aos sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de contribuição, se homem.

e) poderão se aposentar voluntariamente, aos cinquenta e cinco anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição, se mulher.

Questão 173: CESPE - AJ (TRE PE)/TRE PE/Judiciária/2017

O servidor público titular de cargo efetivo de determinada autarquia federal que passe a exercer mandato de deputado estadual

a) ficará afastado do cargo efetivo e receberá apenas a remuneração do cargo eletivo.

b) ficará afastado do cargo efetivo, podendo optar pela remuneração do cargo efetivo ou do cargo eletivo.

c) poderá desempenhar os dois cargos se houver compatibilidade de horários, caso em que perceberá as vantagens do cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, independentemente de submissão ao teto remuneratório.

d) poderá desempenhar os dois cargos mesmo se houver incompatibilidade de horários, caso em que perceberá as vantagens do cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, observado o teto remuneratório.

e) poderá ou não se licenciar do cargo efetivo, mas, caso não se licencie, perceberá apenas a remuneração do cargo efetivo.

Questão 174: FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXII Exame/2017

Carlos, contando com 59 (cinquenta e nove) anos de idade, resolve se inscrever em concurso público para o cargo de Agente de Polícia, dos quadros da Polícia Civil do Estado Beta. Todavia, sua inscrição é negada com base no edital, que reproduz a Lei Estadual X, segundo a qual o candidato, no momento da inscrição, deve ter entre 18 (dezoito) e 32 (trinta e dois) anos de idade. Inconformado, Carlos consulta um advogado a respeito de possível violação do direito fundamental à igualdade.

Diante do caso concreto, assinale a opção que se harmoniza com a ordem jurídico-constitucional brasileira.

a) Houve violação ao princípio da igualdade, pois o sistema jurídico-constitucional brasileiro veda, em caráter absoluto, que a lei estabeleça requisitos de ordem etária para o provimento de cargos públicos.

b) Não houve violação ao princípio da igualdade, pois o sistema jurídico-constitucional brasileiro permite que a lei estabeleça limite de idade para inscrição em concurso público quando tal medida se justificar pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

c) Houve violação ao princípio da razoabilidade, pois as atividades inerentes ao cargo a ser ocupado não justificam a previsão do critério etário como requisito para inscrição no concurso público que visa ao seu provimento.

d) Não houve violação ao princípio da igualdade, pois o sistema jurídico-constitucional brasileiro concede aos administradores públicos poder discricionário para definir, por via editalícia, independentemente da lei, os limites etários para a participação em concursos.

Questão 175: CONSULPLAN - TJ TRF2/TRF 2/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

“Ednaldo, servidor público estável, titular de cargo de provimento efetivo, teve séria discussão com o seu superior hierárquico. Na ocasião, foi informado pelo departamento de recursos humanos que, nos termos de resolução interna, caso lhe fossem atribuídos três conceitos baixos, de modo consecutivo, em suas avaliações de desempenho, seria determinada a sua imediata exoneração.” À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a resolução interna que dispusesse da maneira indicada estaria

- a) errada, pois a perda do cargo, na hipótese descrita, precisa estar prevista em lei complementar.
- b) certa, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- c) errada, já que o servidor público estável somente pode perder o cargo em processo administrativo.
- d) certa, pois compete à Administração Pública zelar pelo princípio da eficiência, exonerando os servidores que não o atendam.

Questão 176: CONSULPLAN - AJ TRF2/TRF 2/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

“Órgão de controle interno de legalidade da União Federal, com intuito de cessar o pagamento de vencimentos, remunerações e vantagens em desconformidade com a Constituição, decide fazer auditoria quanto à acumulação irregular de cargos, empregos e funções públicas.” Com relação ao caso, assinale a acumulação que NÃO está de acordo com a Constituição de 1988.

- a) Oficial de Justiça Avaliador Federal e Vereador.
- b) Procurador da República e Professor Universitário.
- c) Deputado Federal e Professor de Universidade Federal.
- d) Médico militar e Médico de Hospital Universitário Estadual.

Questão 177: CONSULPLAN - AJ TRF2/TRF 2/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2017

“Ilau, servidor público federal, tinha o sonho de concorrer a uma eleição para o cargo de prefeito ou de vereador do município em que nascera e no qual passou toda a sua vida. Apesar disso, tinha dúvidas sobre a possibilidade de concorrer a cargos dessa natureza em razão do vínculo funcional que mantinha com a União. Para solucionar suas dúvidas, procurou um advogado e formulou-lhe uma consulta.” À luz da sistemática constitucional, assinale, dentre as alternativas, a única informação correta.

- a) O afastamento não será necessário para o exercício do cargo de Prefeito, mas Ilau terá que optar por uma das remunerações.
- b) Ilau precisará necessariamente se afastar do cargo originário para exercer qualquer mandato eletivo, ainda que haja compatibilidade de horários.
- c) Caso o cargo eletivo exija o afastamento, o tempo em que Ilau exercer o mandato será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- d) Ilau não precisará se afastar do seu cargo originário caso haja compatibilidade de horários com o exercício do mandato eletivo e a soma das remunerações não supere o teto.

Questão 178: COMPERVE (UFRN) - Pro Leg (CM C Novos)/CM Currais Novos/2017

No que diz respeito à disciplina constitucional do Direito Administrativo nacional, importante se faz mencionar a presença de inúmeros dispositivos na Constituição expressamente direcionados ao tema dos servidores públicos civis, dentre eles o art. 41, responsável por abordar o assunto da estabilidade. Conforme a Constituição, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquirem a estabilidade, podendo perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo ou avaliação periódica de desempenho. Ainda de acordo com a Constituição, caso seja invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável,

- a) será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- b) será ele readaptado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- d) será ele readaptado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Questão 179: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item subsecutivo, relativo a servidores públicos.

Caso um procurador municipal assumo mandato de deputado estadual, ele deve, obrigatoriamente, se afastar de seu cargo efetivo, devendo seu tempo de serviço ser contado para todos os efeitos legais durante o afastamento, exceto para promoção por merecimento.

Certo

Errado

Questão 180: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item subsecutivo, relativo a servidores públicos.

É inconstitucional a supressão do auxílio-alimentação em decorrência da aposentadoria do servidor.

Certo

Errado

Questão 181: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2014

No que se refere a Organização do Estado, sobre os entes federativos, seus servidores e recursos orçamentários, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, é correto afirmar, exceto:

a) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

b) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados exclusivamente pelo executivo.

d) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

e) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Questão 182: AOCF - TNS I (Pref JF)/Pref JF/Técnico em Planejamento/2016

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, em seu Capítulo VII, trata da Administração Pública e, na seção I, apresenta as disposições gerais, sendo que o artigo trinta e oito diz respeito às aplicações de disposições do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional em exercício de mandato. Assim, conforme o artigo trinta e oito da constituição, o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional,

- a) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- b) investido no mandato de Vereador, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, mesmo não havendo compatibilidade de horário.
- c) investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) investido no mandato de Prefeito, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, mesmo não havendo compatibilidade, não será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- e) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, não será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Questão 183: COMPERVE (UFRN) - Tec (MPE RN)/MPE RN/Administrativa/2017

As regras para a aposentadoria do servidor público são diferenciadas. Dessa forma, algumas peculiaridades existem para a devida concessão desse benefício.

Atualmente, de acordo com a Constituição Federal, o servidor se aposenta

- a) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em qualquer circunstância.
- b) de forma voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, sem idade mínima para a aposentadoria.
- c) de forma compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade, ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.
- d) por tempo de serviço, calculados os proventos a partir de seu último salário em atividade, caso seja abrangido pelo regime geral da previdência.

Questão 184: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Nos termos da Constituição Federal, extinto o cargo, o servidor público estável ficará em disponibilidade

- a) com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- b) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

- d) com remuneração integral, até serem preenchidas as condições necessárias para sua aposentadoria.
- e) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até serem preenchidas as condições necessárias para sua aposentadoria.

Questão 185: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal estabelece expressamente que

- a) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- b) ato do chefe do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
- c) lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade.
- d) os detentores de mandato eletivo não poderão ser remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- e) a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a manutenção do servidor na carreira.

Questão 186: Com. Exam. (MPE RS) - PJ (MPE RS)/MPE RS/2017

Assinale a alternativa INCORRETA, considerando tão somente o que dispõe o artigo 38 da Constituição Federal no que tange ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo.

- a) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração de maior valor.
- b) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso II do artigo 38.
- d) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Questão 187: PR4 (UFRJ) - Ass Adm (UFRJ)/UFRJ/2015

Quanto ao regime constitucional da Administração Pública e dos servidores públicos, selecione a alternativa correta.

- a) A jurisprudência do STF não admite a existência de previsão legal para o regime de emprego público regido pela CLT no âmbito federal.
- b) Em função do princípio constitucional da isonomia, não é extensível aos servidores públicos o direito à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
- c) A jurisprudência do STF entende que a previsão de exame psicotécnico em edital de concurso público excepcionalmente possa não ser precedida de autorização legal, se a natureza do cargo ou função o justificar.
- d) A jurisprudência do STF não admite a exceção à regra do acesso aos cargos e empregos públicos mediante prévia seleção por concurso público senão nos casos de contratações de caráter eventual ou temporário para atendimento de necessidades de excepcional interesse público.
- e) Ainda que não haja sido editada a lei complementar atinente, a jurisprudência sumulada do STF tem considerado eficaz a previsão constitucional de aposentadoria especial exclusivamente para servidores públicos cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, mediante a aplicação analógica das regras do regime geral de previdência social.

Questão 188: Instituto AOCB - Assist (CM Maringá)/CM Maringá/Legislativo/2017

No que concerne aos direitos garantidos pela Constituição Federal ao servidor público, é correto afirmar que

- a) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em ato específico.
- b) é lícita a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- c) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedados aos estrangeiros.
- d) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- e) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Questão 189: CESPE - AJ (TRE BA)/TRE BA/Judiciária/2017

Acerca das normas constitucionais que regem a administração pública, assinale a opção correta.

- a) Advogado concursado de órgão público federal que seja aprovado em concurso público para o cargo de professor em universidade estadual estará impedido de tomar posse enquanto estiver no exercício do cargo no órgão federal, ainda que haja compatibilidade de horários.
- b) Após o estágio probatório, o servidor público somente perderá seu cargo em razão de processo administrativo disciplinar ou de decisão judicial condenatória transitada em julgado.
- c) Ao ocupante de cargo público federal efetivo eleito vereador será garantida a investidura no mandato eletivo, não havendo necessidade de afastamento do cargo que exerce nem prejuízo de sua remuneração, desde que haja compatibilidade de horários.
- d) Servidor público de sessenta e cinco anos de idade e em exercício, há trinta anos, no cargo para o qual foi aprovado por concurso público tem direito à requisição da aposentadoria com proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
- e) Cidadão estrangeiro, ainda que residente no Brasil há mais de dez anos, não pode ser nomeado para exercer cargo em comissão, uma vez que a natureza desse cargo exige a condição de brasileiro nato ou naturalizado.

Questão 190: CESPE - AJ (TRE BA)/TRE BA/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

Conforme a Constituição Federal de 1988, o servidor público adquirirá a estabilidade

- a) independentemente de ter sido investido no cargo em decorrência de aprovação prévia em concurso público.
- b) mesmo se ocupar cargo comissionado.
- c) após 3 anos do efetivo exercício do cargo.
- d) ainda que não realize avaliação especial de desempenho.
- e) após os 4 anos do estágio probatório.

Questão 191: CESPE - TJ (TRE BA)/TRE BA/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

O governador de um estado da Federação, durante o cumprimento de seu mandato, foi aprovado em concurso público para o cargo de analista judiciário de um tribunal e convocado para a respectiva posse.

Nessa situação hipotética, conforme a Constituição Federal de 1988, o governador

- a) não poderá tomar posse no cargo por ser chefe do Poder Executivo estadual, o que feriria o princípio da indissolubilidade do pacto federativo.
- b) poderá tomar posse no cargo e perderá, automaticamente, o mandato.
- c) poderá tomar posse no cargo, mas, para continuar cumprindo seu mandato eletivo, terá de manter-se afastado do cargo de analista judiciário.

d) não poderá tomar posse no cargo em razão de vedação constitucional que visa evitar ofensa ao princípio da separação dos poderes.

e) poderá tomar posse no cargo e, ao entrar em exercício, cumular as duas atividades.

Questão 192: FCC - TJ TRE PR/TRE PR/Administrativa/2017

A Constituição Federal estabelece como condição para aquisição de estabilidade pelos servidores públicos:

I. A nomeação para cargo público de provimento efetivo, em virtude de concurso público, ou para cargo público em comissão, de livre provimento e exoneração.

II. A posse no cargo há três anos.

III. A avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, e III.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) III, apenas.

e) II, apenas.

Questão 193: FCC - AGP (FUNAPE)/FUNAPE/2017

Um deputado estadual propôs projeto de lei instituindo regime de previdência complementar aos servidores titulares de cargos públicos estaduais efetivos, por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, que ofereceria aos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. O mesmo projeto ainda alterou as normas do regime oficial de previdência obrigatória e fixou limite máximo para o pagamento de aposentadoria a servidores titulares de cargos públicos estaduais efetivos e para o pagamento de pensão a seus dependentes. A proposição determinou que o referido limite, que se aplicaria imediatamente a todos os servidores efetivos, inclusive àqueles titulares de cargos públicos anteriormente à aprovação da Lei, seria o valor máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social. Nesse contexto, à luz da Constituição Federal, considere:

I. O projeto de lei não poderia ter sido proposto por deputado estadual, uma vez que a matéria é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

II. É juridicamente admissível a instituição do limite previsto no projeto para pagamento de benefícios pelo regime obrigatório de previdência oficial e sua aplicação compulsória a todos os titulares de cargos públicos efetivos.

III. É juridicamente inadmissível a instituição do regime de previdência complementar através de entidade de natureza pública, uma vez que a Constituição Federal prescreve a instituição por intermédio de natureza privada.

Está correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 194: FCC - AGP (FUNAPE)/FUNAPE/2017

Por força das normas constitucionais a respeito da estabilidade dos servidores públicos, o servidor público titular de

a) cargo público em comissão, após três anos de efetivo exercício, apenas poderá perder o cargo (I) em razão de sentença judicial transitada em julgado, (II) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa e (III) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

b) cargo público de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de sua posse, apenas poderá perder o cargo (I) em razão de sentença judicial transitada em julgado, (II) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa e (III) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

c) cargo público de provimento efetivo em virtude de concurso público, que já tenha adquirido estabilidade após três anos de efetivo exercício, poderá ser posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, caso seu cargo seja extinto ou declarada sua desnecessidade.

d) cargo público de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de efetivo exercício, pode ser exonerado, sem remuneração proporcional ao tempo de serviço, caso o respectivo cargo seja extinto ou declarado desnecessário.

e) emprego público em virtude de concurso público deve, como condição para adquirir estabilidade após dois anos de efetivo exercício, ser submetido à avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Questão 195: INSTITUTO MAIS - AnaT (CM S Parnaíba)/CM Sta de Parnaíba/Legislativo/2016

A Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos e empregos públicos, desde que se faça presente o requisito da compatibilidade

- a) de horários e se trate da acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- b) de horários e se trate da acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais técnicos, com profissões regulamentadas.
- c) relativa de horários e se trate da acumulação de dois cargos de professor.
- d) relativa de horários e se trate da acumulação de dois cargos científicos, com profissões regulamentadas.

Questão 196: CESPE - Of (CBM AL)/CBM AL/Combatente/2017

Tendo em vista que a Emenda Constitucional n.º 18, editada em 1998, atribui aos militares um regime constitucional próprio, distinto do regime aplicável aos demais servidores públicos, julgue o item subsequente, acerca das disposições legais e doutrinárias aplicáveis aos agentes públicos militares.

Situação hipotética: Após ter se aposentado da carreira de bombeiro militar, Marcos prestou concurso público e foi aprovado para o exercício do magistério em uma universidade pública. Depois de ter alcançado a idade mínima e cumprido o tempo de contribuição exigido, ele decidiu requerer uma segunda aposentadoria pelo exercício do cargo de professor.

Assertiva: Marcos não poderá cumular proventos das duas aposentadorias, pois é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria.

Certo

Errado

Questão 197: CESPE - TJ TRT7/TRT 7/Administrativa/2017

A Constituição Federal de 1988 estabelece condições para a aquisição de estabilidade funcional de servidores públicos. Essas condições incluem

I nomeação para cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público.

II cumprimento de três anos de efetivo exercício no cargo.

III aprovação em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e III estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.

Questão 198: CESPE - TJ TRT7/TRT 7/Administrativa/2017

Assinale a opção que apresenta disposição constante na CF sobre os servidores públicos.

- a) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo em comissão.
- b) A promoção na carreira independe da participação em curso de formação e aperfeiçoamento.
- c) O salário do servidor público poderá ser reduzido em caso de contenção de gastos pelo governo.
- d) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Questão 199: VUNESP - Ana PP (IPRESB)/IPRESB/2017

Considerando o que dispõe a Constituição Federal acerca dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por proventos fixados em parcela única.
- b) Os servidores do regime próprio de previdência serão aposentados, compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- c) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão ser menores do que a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- d) O tempo de serviço federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de contribuição correspondente para efeito de disponibilidade.
- e) A lei não poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, a não ser para efeitos de disponibilidade.

Gabarito

1) A	21) B	41) A	61) C	81) E
2) D	22) E	42) B	62) D	82) E
3) Errado	23) A	43) C	63) Errado	83) B
4) C	24) Errado	44) C	64) C	84) C
5) E	25) Certo	45) A	65) C	85) C
6) B	26) A	46) A	66) D	86) A
7) E	27) Certo	47) C	67) A	87) B
8) A	28) C	48) D	68) C	88) B
9) D	29) A	49) A	69) C	89) B
10) D	30) Errado	50) B	70) D	90) B
11) D	31) E	51) D	71) A	91) E
12) D	32) E	52) B	72) A	92) E
13) B	33) Errado	53) D	73) D	93) D
14) C	34) Errado	54) D	74) B	94) A
15) C	35) E	55) Certo	75) D	95) C
16) C	36) Errado	56) Errado	76) Certo	96) D
17) D	37) C	57) D	77) B	97) D
18) E	38) C	58) C	78) B	98) A
19) E	39) D	59) D	79) Errado	99) D
20) B	40) D	60) C	80) Certo	100) E

101) Certo	121) E	141) D	161) C	181) C
102) D	122) E	142) A	162) D	182) A
103) D	123) E	143) D	163) D	183) C
104) A	124) A	144) B	164) A	184) B
105) C	125) D	145) B	165) D	185) C
106) E	126) E	146) B	166) C	186) A
107) C	127) B	147) B	167) E	187) E
108) A	128) Errado	148) C	168) B	188) E
109) A	129) Errado	149) B	169) A	189) C
110) Certo	130) Errado	150) B	170) D	190) C
111) Certo	131) Errado	151) C	171)	191) C
112) Errado	132) E	152) C	172) D	192) D
113) A	133) B	153) C	173) A	193) B
114) D	134) C	154) C	174) B	194) C
115) D	135) B	155) E	175) A	195) A
116) D	136) C	156) A	176) C	196) Errado
117) D	137) B	157) D	177) C	197) D
118) E	138) A	158) C	178) A	198) D
119) C	139) D	159) B	179) Certo	199) B
120) A	140) B	160) B	180) Errado	